



Editoração Casa Civil

CÉARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 30 de dezembro de 2025 | SÉRIE 3 | ANO XVII Nº245 | Caderno 1/20 | Preço: R\$ 24,12

PODER EXECUTIVO

LEI Nº19.642, de 19 de dezembro de 2025.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Esta Lei estima a receita do Estado para o exercício financeiro de 2026 no montante de R\$ 48.050.465.517,00 (quarenta e oito bilhões, cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e dezessete reais) e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5.º da Constituição Federal, do art. 203, § 5.º da Constituição Estadual e da Lei Estadual nº 19.382, de 14 de julho de 2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026:

I – o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Estado, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, e estatais dependentes;

II – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e os órgãos a ele vinculados da Administração Pública Estadual direta e indireta, bem como os fundos e as fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público;

III – o Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais controladas não dependentes em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAIS, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2.º A Receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade e no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais controladas não dependentes está distribuída por fontes de Origem na forma do Anexo I desta Lei, atendendo ao que dispõe a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 3.º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 48.050.465.517,00 (quarenta e oito bilhões, cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e dezessete reais), na forma dos Anexos II, III e IV e com o seguinte desdobramento:

I – no Orçamento Fiscal, em R\$ 32.440.481.681,00 (trinta e dois bilhões, quatrocentos e quarenta milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e oitenta e um reais);

II – no Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 14.979.736.575,00 (quatorze bilhões, novecentos e setenta e nove milhões, setecentos e trinta e seis mil, quinhentos e setenta e cinco reais); e

III – no Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais controladas não dependentes, em R\$ 630.247.261,00 (seiscentos e trinta milhões, duzentos e quarenta e sete mil, duzentos e sessenta e um reais).

Art. 4.º O Demonstrativo consolidado da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas está apresentado no Anexo V desta Lei.

Seção III

Da Autorização para a Abertura de Créditos Suplementares

Art. 5.º O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2026 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições e, ainda, em casos de complementaridade ou similaridade, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os descritores, as metas e os objetivos, com o respectivo detalhamento por esfera orçamentária e grupo de natureza da despesa, assim como os atributos dos programas vigentes no PPA 2024-2027.

Parágrafo único. Na transposição, na transferência ou no remanejamento de que trata o caput deste artigo, poderá haver ajuste na classificação funcional, na fonte de recursos, na identificação do exercício, na modalidade de aplicação, no elemento de despesa, no Identificador de Resultado Primário – RP e no identificador de uso, desde que justificados pela unidade orçamentária detentora do crédito.

Art. 6.º A inclusão ou alteração de categoria econômica e grupo de despesa em projeto, atividade ou operação especial, constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, será feita mediante abertura de crédito adicional suplementar, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 7.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias consignadas aos grupos de despesas de cada categoria de programação, com recursos provenientes de:

a) anulação de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1.º, inciso III, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

b) excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1.º, inciso II, e §§ 3.º e 4.º, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

c) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2025, nos termos do art. 43, § 1.º, inciso I, e § 2.º da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

d) produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, nos termos do art. 43, § 1.º, inciso IV, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. Não são computadas no limite estabelecido no caput deste artigo:

I – as suplementações de dotações orçamentárias destinadas à execução de recursos decorrentes de Operações de Crédito Internas e Externas e de Convênios;

II – a abertura de créditos suplementares, a fim de ajustar os orçamentos de órgãos reestruturados, ou quando houver alterações de competências, em conformidade com o previsto no inciso III do § 1.º do art. 43 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, até o montante dos saldos das dotações orçamentárias dos respectivos órgãos;

III – as suplementações de dotações orçamentárias para atendimento de despesas com juros e encargos da dívida e amortização da dívida pública estadual, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas nesta Lei, da reserva de contingência, do produto de operações de crédito autorizadas, do excesso de arrecadação do Tesouro Estadual e de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2025;

IV – as suplementações de dotações orçamentárias para atendimento das despesas de pessoal e encargos sociais, inclusive as decorrentes da revisão geral anual de remuneração dos servidores públicos estaduais e dos militares prevista no art. 37, inciso X, da Constituição Federal e no art. 86 da Lei Estadual n.º 19.382, de 14 de julho de 2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, com recursos provenientes da anulação de dotações consignadas nesta Lei, do excesso de arrecadação do Tesouro Estadual, do produto de operações de crédito autorizadas, da reserva de contingência e de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2025;

V – as suplementações de dotações orçamentárias financiadas com recursos de precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – Fundef, decorrentes de recursos extraordinários de decisão judicial;

VI – as suplementações de dotações orçamentárias financiadas com recursos decorrentes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, de qualquer fonte.



Governador

ELMANO DE FREITAS DA COSTA

Vice-Governadora

JADE AFONSO ROMERO

Casa Civil

FRANCISCO DAS CHAGAS CIPRIANO VIEIRA

Procuradoria Geral do Estado

RAFAEL MACHADO MORAES

Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado

ALOISIO BARBOSA DE CARVALHO NETO

Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização

LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO

Secretaria da Articulação Política

JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA

Secretaria das Cidades

JOSÉ JÁCOME CARNEIRO ALBUQUERQUE

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior

SANDRA MARIA NUNES MONTEIRO

Secretaria da Cultura

LUISA CELA DE ARRUDA COELHO

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

MOISÉS BRAZ RICARDO

Secretaria do Desenvolvimento Econômico

DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO

Secretaria da Diversidade

MITCHELLE BENEVIDES MEIRA

Secretaria dos Direitos Humanos

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO

Secretaria da Educação

ELIANA NUNES ESTRELA

Secretaria do Esporte

ROGÉRIO NOGUEIRA PINHEIRO

Secretaria da Fazenda

FABRIZIO GOMES SANTOS

Secretaria da Infraestrutura

HÉLIO WINSTON BARRETO LEITÃO

Secretaria da Igualdade Racial

MARIA ZELMA DE ARAÚJO MADEIRA

Secretaria da Juventude

ADELITTA MONTEIRO NUNES

Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima

VILMA MARIA FREIRE DOS ANJOS

Secretaria das Mulheres

LIA FERREIRA GOMES

Secretaria da Pesca e Aquicultura

ORIEL GUIMARÃES NUNES FILHO

Secretaria da Proteção Animal

ERICH DOUGLAS MOREIRA CHAVES

Secretaria do Planejamento e Gestão

ALEXANDRE SOBREIRA CIALDINI

Secretaria dos Povos Indígenas

JULIANA ALVES

Secretaria da Proteção Social

JADE AFONSO ROMERO

Secretaria dos Recursos Hídricos

FERNANDO MATOS SANTANA

Secretaria das Relações Internacionais

ROSEANE OLIVEIRA DE MEDEIROS

Secretaria da Saúde

TÂNIA MARA SILVA COELHO

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social

ANTÔNIO ROBERTO CESÁRIO DE SÁ

Secretaria do Trabalho

VLADYSON DA SILVA VIANA

Secretaria do Turismo

EDUARDO HENRIQUE MAIA BISMARCK

Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos
de Segurança Pública e Sistema Penitenciário

RODRIGO BONA CARNEIRO

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 8.º Em cumprimento ao disposto no art. 32, § 1.º, inciso I, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, fica autorizada a contratação das operações de crédito incluídas nesta Lei, nos termos do art. 92 da Lei n.º 19.382, de 14 de julho de 2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, sem prejuízo do que estabelece o art. 52, inciso V, da Constituição Federal, no que se refere às operações de crédito externas.

CAPÍTULO IV

DA INTEGRAÇÃO COM O PLANO PLURIANUAL

Art. 9.º A Lei Orçamentária Anual é elaborada seguindo a estrutura programática, a regionalização, os objetivos específicos e as entregas definidas no Plano Plurianual – PPA 2024-2027.

§ 1.º Os recursos constantes da peça orçamentária para 2026 apresentam a regionalização em 15 (quinze) regiões de planejamento, sendo 14 (quatorze) dimensões regionais e 1 (uma) que representa a totalidade do Estado do Ceará, conforme adotado no PPA 2024-2027.

§ 2.º A relação de objetivos específicos dos Programas, com seus desdobramentos em ações orçamentárias, consta em Demonstrativo específico do Volume I desta Lei, e as alterações dessas vinculações poderão ser realizadas por meio de decretos de créditos adicionais.

§ 3.º Os orçamentos anuais, bem como suas alterações por créditos adicionais, atualizarão os valores orçamentários dos programas para o período de 2024 a 2027.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Acompanham esta Lei, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 19.382, de 14 de julho de 2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, os seguintes volumes anexos:

I – Volume I: quadros orçamentários consolidados, definidos no Anexo IV da LDO-2026;

II – Volume II: demonstrativo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de Investimento das Empresas Estatais controladas não dependentes em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto, por órgãos e entidades da Administração Pública.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor a partir de 1.º de janeiro de 2026.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 19 de dezembro de 2025.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO



ANEXO I – Demonstrativo da Receita por Esfera segundo a Origem de Recursos

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS	TOTAL
	Receita da Administração Direta e Indireta	Receitas de Empresas Estatais não Dependentes	
RECEITAS CORRENTES	43.033.880.425,00	341.684.119,00	43.375.564.544,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30.076.678.698,00		30.076.678.698,00
Receita de Contribuição	1.866.365.863,00	-	1.866.365.863,00
Receita Patrimonial	893.599.366,00		893.599.366,00
Receita de Serviços/Agropecuárias	759.500.966,00	341.684.119,00	1.101.185.085,00
Transferências Correntes	22.157.605.678,00	-	22.157.605.678,00
Outras Receitas Correntes	1.066.132.789,00	-	1.066.132.789,00
Dedução das Transferências Constitucionais aos Municípios	(6.884.296.285,00)	-	(6.884.296.285,00)
Dedução da Receita Corrente p/ formação do FUNDEB	(6.901.706.650,00)	-	(6.901.706.650,00)
RECEITAS DE CAPITAL	4.386.337.831,00	288.563.142,00	4.674.900.973,00
Operações de Crédito	3.217.124.636,00	288.563.142,00	3.505.687.778,00
Alienação de Bens	20.120.000,00		20.120.000,00
Amortização de Empréstimos	45.000.000,00		45.000.000,00
Transferências de Capital	1.104.093.195,00		1.104.093.195,00
TOTAL DA RECEITA	47.420.218.256,00	630.247.261,00	48.050.465.517,00
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	3.441.241.471,00	-	3.441.241.471,00

ANEXO II – Demonstrativo da Despesa por Esfera segundo a Natureza

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS	TOTAL
	Despesa da Administração Direta e Indireta	Despesas de Empresas Estatais não Dependentes	
DESPESAS CORRENTES	40.035.748.422,00	-	40.035.748.422,00
Pessoal e Encargos Sociais	23.229.679.190,00	-	23.229.679.190,00
Juros e Encargos da Dívida	1.124.312.437,00	-	1.124.312.437,00
Outras Despesas Correntes	15.681.756.795,00	-	15.681.756.795,00
DESPESAS DE CAPITAL	7.050.066.829,00	630.247.261,00	7.680.314.090,00
Investimentos	4.627.137.764,00	630.247.261,00	5.257.385.025,00
Inversões Financeiras	411.184.200,00	-	411.184.200,00
Amortização da Dívida	2.011.744.865,00	-	2.011.744.865,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	334.403.005,00		334.403.005,00
TOTAL DA DESPESA	47.420.218.256,00	630.247.261,00	48.050.465.517,00
DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	3.441.241.471,00	-	3.441.241.471,00

ANEXO III – Demonstrativo da Despesa por Função

R\$ 1,00

CÓD	FUNÇÃO	VALOR
01	LEGISLATIVA	1.277.768.718,00
02	JUDICIÁRIA	2.632.528.257,00
03	ESSENCIAL À JUSTIÇA	1.049.721.276,00
04	ADMINISTRAÇÃO	2.179.349.468,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	5.825.892.248,00
07	RELAÇÕES EXTERIORES	170.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	812.757.361,00
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.345.287.253,00
10	SAÚDE	7.821.691.961,00
11	TRABALHO	130.192.759,00
12	EDUCAÇÃO	7.111.179.416,00
13	CULTURA	285.107.322,00
14	DIREITOS DA CIDADANIA	614.402.476,00
15	URBANISMO	204.119.025,00
16	HABITAÇÃO	168.045.866,00
17	SANEAMENTO	1.086.753.985,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	1.239.357.498,00
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	736.018.706,00
20	AGRICULTURA	883.635.367,00
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	37.742.319,00
22	INDÚSTRIA	263.482.000,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	114.147.878,00
24	COMUNICAÇÕES	28.617.854,00
25	ENERGIA	78.640.368,00
26	TRANSPORTE	2.940.154.614,00
27	DESPORTO E LAZER	68.220.288,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	3.781.078.229,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	334.403.005,00
TOTAL		48.050.465.517,00

ANEXO IV – Demonstrativo da Despesa por Órgão/Entidade

CÓD	ÓRGÃO / ENTIDADE	VALOR
1000000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (AL)	933.134.253
1200001	FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR (FPP)	22.051.930
2000000	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)	344.634.465
4000000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA (TJ)	2.127.098.700
4200001	FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO (FERMOJU)	475.786.702
4200003	FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS (FUNSEG)	11.027.142
4200004	FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA (FECDOJ)	21.667.035
6000000	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPGE)	297.324.324
6200001	FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (FAADEP)	49.770.000
8000000	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA (SEINFRA)	886.230.509
8200003	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN)	925.474.775
8200005	COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ (CEGÁS)	56.488.903
8200007	COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS (NOVO) (METROFOR (NOVO))	265.942.985
8200013	FUNDO DE INCENTIVO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (FIEE)	10.422.897
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SSPDs)	111.288.539
10100002	POLÍCIA CIVIL (PC)	974.423.000
10100003	POLÍCIA MILITAR (PM)	3.177.238.008
10100004	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ (CBMCE)	333.839.576
10100007	PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ (PEFOCE)	197.929.654
10100008	ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ (AESP-CE)	34.098.475
10100009	SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ (SUPESP)	5.655.796
10200006	FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ (FSPDS)	45.980.000
10200050	FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ (FDCC)	120.000
13000000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (PGE)	114.428.335
13200001	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ (ARCE)	341.291.788
13200002	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (FUNPECE PG)	36.931.396
13200003	FUNDO ESTADUAL DE FORTALECIMENTO AO CONTROLE ADMINISTRATIVO (FEFCA)	2.490.000
15000000	PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA (PGJ)	822.975.545
15200002	FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ (FDID)	3.217.000
	FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (FRMMP/CE)	62.219.000
18000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO (SAP)	932.750.782
18200004	FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ (FUNPEN/CE)	220.000
18200005	FUNDO ROTATIVO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ (FUIROPEN/CE)	80.000
19000000	SECRETARIA DA FAZENDA (SEFAZ)	870.350.582
19200005	COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO DE ATIVOS DO CEARÁ (CEARAPAR)	19.540.000
21000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDA)	843.582.331
21200001	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ (EMATERCE)	153.852.400
21200003	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ (IDACE)	39.784.409
21200006	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A (CEASA)	9.066.184
21200013	FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (FEDAF)	1.800.000
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEDUC)	6.076.557.928
24200003	ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA (ESP)	90.000
24200004	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE (FUNDES)	7.434.932.480
27000000	SECRETARIA DA CULTURA (SECULT)	265.177.322
27200004	FUNDO ESTADUAL DA CULTURA (FEC)	19.200.000
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS (SRH)	953.451.279
29200001	SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS (SOHIDRA)	41.168.379
29200004	COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ (COGERH)	47.762.405
29200007	FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS (FUNCEME)	26.503.635

30000000	CASA CIVIL (CASA CIVIL)	329.615.228
30200001	FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ (FUNTELC)	13.104.286
30200003	EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ (ETICE)	623.882.995
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR (SECITECE)	58.566.582
31200001	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (FUNECE)	514.450.664
31200002	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ (UVA)	161.260.571
31200003	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA)	202.202.422
31200005	FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (FUNCAP)	149.069.204
31200006	NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ (NUTEC)	21.004.575
36000000	SECRETARIA DO TURISMO (SETUR)	206.300.020
36200001	FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ (FUNDETUR)	9.000.000
39000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (RC)	25.000.000
40000000	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO (EGE)	4.159.271.216
41000000	CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO (CGE)	58.808.174
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE (SESPORTE)	49.048.115
42200001	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE (FUNDEJ)	13.000.000
43000000	SECRETARIA DAS CIDADES (SCIDADES)	955.333.807
43200002	COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ (CAGECE)	227.830.528
43200007	SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS (SOP)	909.909.727
43200008	FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO (FESB)	62.864.631
46000000	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)	192.547.510
46100003	ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ (EGPCE)	9.784.994
46200001	INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ (ISSEC)	26.568.170
46200003	INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)	16.985.372
46200004	FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV (FUNAPREV)	4.178.153.500
46200005	FUNDO FINANCEIRO - PREVMILITAR (PREVMILITAR)	1.293.387.500
46200006	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB)	5.111.766
46200007	FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID (PREVID)	1.129.780.756
46200008	FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ (FASSEC)	346.616.397
46200009	FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ (CEARAPREV)	28.095.250
47000000	SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL (SPS)	593.399.961
47100004	SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO (SEAS)	147.220.736
47200001	FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE (FECA)	250.000
47200002	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS)	242.671.683
47200003	FUNDO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO (FUNDART)	2.200.000
47200006	FUNDO MAIS INFÂNCIA CEARÁ (FEMIC)	400.000
47200007	FUNDO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (FEPAD)	10.000
53000000	CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD)	14.210.117
56000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SDE)	29.471.809
56200002	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (FDI)	10.000.000
56200003	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A. (ADECE)	62.210.000
56200005	COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ (ZPECEARÁ)	7.529.241
56200006	AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ (ADAGRI)	58.097.387
56200007	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ (JUCEC)	16.600.219
56200008	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM S.A (CIPP S.A)	199.000.000
56200011	FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ (FUNDEAGRO)	1.530.000
56200012	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO CEARÁ (IPEM/CE)	37.223.406
57000000	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA (SEMA)	67.141.908
57200001	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (SEMACE)	72.787.887
57200003	FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEMA)	1.732.700

58000000	ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA (VICEGOV)	11.549.538
59000000	SECRETARIA DO TRABALHO (SET)	52.533.255
59200001	FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITOS PRODUTIVO DO CEARÁ (FIMPC)	67.442.839
59200002	FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO (FET)	4.823.375
60000000	SECRETARIA DOS POVOS INDÍGENAS (SEPIN)	750.000
61000000	SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA (SPA)	17.753.808
62000000	SECRETARIA DAS MULHERES (SEM)	39.066.230
63000000	SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS (SEDIH)	43.242.543
63200001	FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ (FEICE)	802.173
63200002	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON CEARÁ)	4.371.036
64000000	SECRETARIA DA JUVENTUDE (SEJUV)	502.673
65000000	SECRETARIA DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA (SEAP)	150.000
66000000	SECRETARIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (SRI)	300.000
67000000	SECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL (SEIR)	890.000
68000000	SECRETARIA DA DIVERSIDADE (SEDIV)	2.012.173
69000000	CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE)	7.423.707
70000000	SECRETARIA DA PROTEÇÃO ANIMAL (SEPA)	28.749.305
TOTAL		48.050.465.517

ANEXO V – Demonstrativo Consolidado das Receitas e Despesas segundo as Categorias Econômicas

		R\$ 1,00	
RECEITA	R\$	DESPESA	R\$
RECEITAS CORRENTES	57.161.567.479,00	DESPESAS CORRENTES	40.035.748.422,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30.076.678.698,00	Pessoal e Encargos Sociais	23.229.679.190,00
Receita de Contribuições	1.866.365.863,00	Juros e Encargos da Dívida	1.124.312.437,00
Receita Patrimonial	893.599.366,00	Outras Despesas Correntes	15.681.756.795,00
Receita de Serviços	1.101.185.085,00		
Transferências Correntes	22.157.605.678,00		
Outras Receitas Correntes	1.066.132.789,00		
DEDUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS	(6.884.296.285,00)	Superávit do Orçamento Corrente	3.339.816.122,00
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	(6.901.706.650,00)		
TOTAL	43.375.564.544,00	TOTAL	43.375.564.544,00
Superávit do Orçamento Corrente	3.339.816.122,00		
RECEITAS DE CAPITAL	4.674.900.973,00	DESPESAS DE CAPITAL	7.680.314.090,00
Operações de Crédito	3.505.687.778	Investimentos	5.257.385.025,00
Alienação de Bens	20.120.000	Inversões Financeiras	411.184.200,00
Amortização de Empréstimos	45.000.000	Amortização da Dívida	2.011.744.865,00
Transferências de Capital	1.104.093.195		
		Reserva de Contingência	334.403.005,00
TOTAL	8.014.717.095,00	TOTAL	8.014.717.095,00
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES	43.375.564.544,00	DESPESAS CORRENTES	40.035.748.422,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.674.900.973,00	DESPESAS DE CAPITAL	7.680.314.090,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	334.403.005,00
TOTAL	48.050.465.517,00	TOTAL	48.050.465.517,00

VOLUME I

LEI
ORÇAMENTÁRIA
ANUAL
2026



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO



**Governador**

ELMANO DE FREITAS DA COSTA

Vice-Governadora

JADE AFONSO ROMERO

Casa Civil	Francisco das Chagas Cipriano Vieira
Procuradoria Geral do Estado	Rafael Machado Moraes
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização	Luís Mauro Albuquerque Araújo
Secretaria da Articulação Política	José Nelson Martins de Sousa
Secretaria das Cidades	José Jácome Carneiro Albuquerque
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Sandra Maria Nunes Monteiro
Secretaria da Cultura	Luisa Cela de Arruda Coelho
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Moisés Braz Ricardo
Secretaria do Desenvolvimento Econômico	Domingos Gomes de Aguiar Filho
Secretaria da Diversidade	Mitchelle Benevides Meira
Secretaria dos Direitos Humanos	Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Secretaria da Educação	Eliana Nunes Estrela
Secretaria do Esporte	Rogério Nogueira Pinheiro
Secretaria da Fazenda	Fabrizio Gomes Santos
Secretaria da Infraestrutura	Hélio Winston Barreto Leitão
Secretaria da Igualdade Racial	Maria Zelma de Araújo Madeira
Secretaria da Juventude	Adelitta Monteiro Nunes
Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Vilma Maria Freire dos Anjos
Secretaria das Mulheres	Lia Ferreira Gomes
Secretaria da Pesca e da Aquicultura	Oriel Guimarães Nunes Filho
Secretaria da Proteção Animal	Erich Douglas Moreira Chaves
Secretaria do Planejamento e Gestão	Alexandre Sobreira Cialdini
Secretaria dos Povos Indígenas	Juliana Alves
Secretaria da Proteção Social	Jade Afonso Romero
Secretaria dos Recursos Hídricos	Fernando Matos Santana
Secretaria das Relações Internacionais	Roseane Oliveira de Medeiros
Secretaria da Saúde	Tânia Mara Silva Coelho
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	Antônio Roberto Cesário de Sá
Secretaria do Trabalho	Vladysson da Silva Viana
Secretaria do Turismo	Eduardo Henrique Maia Bismark
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Rodrigo Bona Carneiro





SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretário	Alexandre Sobreira Cialdini
Secretária Executiva de Planejamento e Orçamento	Naiana Corrêa Lima Peixoto
Secretário Executivo de Gestão de Pessoas	José Garrido Braga Neto
Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna	Francisca Rejane de Araújo Felipe Pessoa de Albuquerque
Secretário Executivo de Gestão de Compras e Patrimônio	Sidney dos Santos Saraiva Leão
Secretário Executivo de Modernização e Governo Digital	Daniel de Carvalho Bentes
Assessoria Jurídica	Daliene Paula da Silveira Fortuna Lopes
Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria	Ana Lúcia Lima Gadelha
Assessoria de Comunicação	Karlla Rachel Gadelha Moreira
Assessoria do Programa Ceará Um Só	José Jalis Siqueira Gomes
Coordenadoria Especial de Gestão Financeira e de Projetos	Régis Meireles Benevides
Coordenadoria de Gestão Orçamentária	Luciana Capistrano da Fonsêca Moura
Coordenadoria de Planejamento e Gestão para Resultados	Lara Maria Silva Costa
Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com Público e Privado	Ticiane da Mota Gentil Parente
Unidade de Gerenciamento de Projeto Ceará Mais Digital	Deborah Mithya Barros Alexandre
Coordenadoria de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação e Comunicação	Hywre Cesar de Brito Pinto
Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza	Maria Carmelita Sampaio Colares
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Graziela Fernandes Fortes
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Issac Figueiredo de Sousa
Coordenadoria de Gestão dos Serviços de Terceirização	Carmen Silvia de Castro Cavalcante
Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Servidor	Guirlanda de Fátima Távora Ponte
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	Ricardo Ribeiro Santos
Coordenadoria de Gestão de Compras	Valdir Augusto da Silva
Coordenadoria de Gestão do Patrimônio Mobiliário, de Material e Recursos Logísticos	Claudia Maria Studart Norões Ellery
Coordenadoria de Administração do Patrimônio Imobiliário	Caio Hugo Carvalho Vitor
Coordenadoria de Gestão de Informações, Registros e Desapropriações	Regina Claudia Barbosa Fideles Dutra
Coordenadoria de Gestão de Aquisições e Contratos Institucionais	Veronica Maria Oliveira da Silva
Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Comunicação	Wendell Militão Fernandes Mendes
Coordenadoria Administrativo-Financeira	Isaú Chaves Neto
Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento	Jackeline Oliveira Nobre Recamonde
Coordenadoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	Irana de Fátima Mesquita Barroso
Companhia de Habitação do Ceará	Vilani Pinheiro Falcão
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	Saulo Moreira Braga
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	Alfredo José Pessoa de Oliveira
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	Celyne Mary Vasconcelos Costa
Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará	Francisco Robson da Silva Fontoura



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Coordenação Geral

Luciana Capistrano de Fonseca Moura

Coordenação técnica

Francisco Ailson Alves Severo Filho

Orientação técnica

Mércia Maria de Melo Ponte Lima

Elaboração e assessoramento técnico

Acla Dhones Mendes Prado
Adriana Albuquerque Arraes Freire
Amanda Carioca Silva
Antonia Albertina Ferreira Bessa
Carlos Ronaldo de Sousa Teixeira
Evilásio Nunes Peixoto
Gódiva Maria Sampaio Martins
José Fábio Sousa Diogo
Jhuan Bruno Campos Neres
Maria Cristiane Maia Caxilé
Matheus Cassundé Prado
Maria Nádia Bezerra Reis
Maryland de Oliveira Marinho
Sílvia Helena Grossi Cavalcante

Desenvolvimento de Sistema e processamento de dados

Alexandre Araújo da Silva
Daniel Ivo de Andrade

Editoração

Julian Marlos Carneiro Lima

Colaboração técnica

André Theophilo Lima
Eveline Maria Cordeiro Brandão
George Kilmer Chaves Craveiro
Jackeline Sales de Melo
Lara Maria Silva Costa
Leilane da Silva Benevenuto
Marcelo Correia Lima da Rocha
Marcos Medeiros de Vasconcellos
Nádia Braga de Lima Saraiva Fernandes Cajado
Regis de Albuquerque Silva
Régis Meireles Benevides
Ticiane Mota Gentil Parente

Equipe de elaboração – Ipece

Nicolino Trompieri Neto





SUMÁRIO VOLUME I

DEMONSTRATIVO DE ALINHAMENTO DAS ENTREGAS DO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES DA LDO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, pág., 11
METAS FISCAIS, pág., 33
RENÚNCIA DE RECEITAS E MARGEM PARA EXPANSÃO DA DESPESA, pág., 37
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS, pág., 45
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS, pág., 49
DEMONSTRATIVO LEGISLAÇÃO DAS RECEITAS, pág., 53
DEMONSTRATIVO LEGISLAÇÃO DAS DESPESAS, pág., 77
REGIÕES DE PLANEJAMENTO, pág., 83
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS, pág., 87
RECEITAS, pág., 91
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PODER, ÓRGÃO E ENTIDADE, pág., 123
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, pág., 133
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBFUNÇÃO, pág., 137
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA, pág., 141
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROJETO, pág., 145
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ATIVIDADE, pág., 207
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR OPERAÇÃO ESPECIAL, pág., 231
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CATEGORIA, GRUPO DE DESPESA E MODALIDADE DE APLICAÇÃO, pág., 235
DEMONSTRATIVO DO SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTE, pág., 239
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR REGIÃO, pág., 243
CONSOLIDAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E INVERSÕES POR REGIÃO, pág., 247
DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO POR REGIÃO, ENTIDADE E PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÃO ESPECIAL, pág., 251
DEMONSTRATIVO DOS VALORES REFERENTES ÀS VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, pág., 431
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, pág., 435
DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO POR ÓRGÃO, FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO, PROGRAMA E PROJETO/ATIVIDADE DOS RECURSOS DESTINADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇA E O ADOLESCENTE, pág., 439
DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO POR ÓRGÃO, FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO, PROGRAMA E PROJETO/ATIVIDADE DOS RECURSOS DESTINADOS PARA POLÍTICA DE GÊNERO, pág., 447
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR ÓRGÃO, FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DOS RECURSOS DESTINADOS À POLÍTICA DE IGUALDADE RACIAL, pág., 451
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RECURSOS DO FECOP, pág., 455
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RECURSOS DO FIT, pág., 459
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA, pág., 463
DEMONSTRATIVO DOS FUNDOS ESPECIAIS E PLANOS DE APLICAÇÃO, pág., 467
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RECURSOS DE CONTRATO DE GESTÃO, pág., 485
DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMA, OBJETIVO ESPECÍFICO E AÇÃO, pág., 491
DEMONSTRATIVO DA TABELA DE CUSTOS, pág., 559
DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES RESERVADAS PARA DESPESAS DE PESSOAL, pág., 563
DEMONSTRATIVO DOS VALORES ALTERADOS DOS PROGRAMAS (PPA X LOA), pág., 567
QUADRO DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS EMENDAS PARLAMENTARES APROVADAS, pág., 571



SUMÁRIO VOLUME II - TOMO I

LEGISLATIVO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, pág., 614
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, pág., 616
FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR, pág., 626
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, pág., 632
JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, pág., 640
FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO, pág., 648
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS, pág., 660
FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA, pág., 666
MINISTÉRIO PÚBLICO PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, pág., 674
FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 682
FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 688
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, pág., 698
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, pág., 714
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ, pág., 728
COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS, pág., 736
FUNDO DE INCENTIVO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, pág., 744
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, pág., 750
POLÍCIA CIVIL, pág., 758
POLÍCIA MILITAR, pág., 768
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 776
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 784
ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, pág., 792
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 800
FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 806
FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 820
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, pág., 826
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 834
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, pág., 846
FUNDO ESTADUAL DE FORTALECIMENTO AO CONTROLE ADMINISTRATIVO, pág., 854
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO, pág., 860
FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 870
FUNDO ROTATIVO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 878
SECRETARIA DA FAZENDA GESTORA TESOUREIRO ESTADUAL, pág., 884
SECRETARIA DA FAZENDA EXECUTORA, pág., 892
COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO DE ATIVOS DO CEARÁ, pág., 904
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, pág., 912
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ, pág., 942
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ, pág., 950
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A, pág., 962
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, pág., 968
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, pág., 976
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA, pág., 1008





SUMÁRIO VOLUME II - TOMO I

FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, pág., 1016
SECRETARIA DA CULTURA, pág., 1076
FUNDO ESTADUAL DA CULTURA, pág., 1094
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS, pág., 1106
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS, pág., 1120
COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ, pág., 1136
FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS, pág., 1144
CASA CIVIL, pág., 1152
FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ, pág., 1178
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ, pág., 1186
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, pág., 1194
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, pág., 1206
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ, pág., 1224

SUMÁRIO VOLUME II - TOMO II

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI, pág., 1245
FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, pág., 1255
NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ, pág., 1269
SECRETARIA DO TURISMO, pág., 1295
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 1297
RESERVA DE CONTINGÊNCIA, pág., 1303
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO, pág., 1309
CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO, pág., 1315
SECRETARIA DO ESPORTE, pág., 1323
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE, pág., 1333
SECRETARIA DAS CIDADES, pág., 1341
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ, pág., 1367
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS, pág., 1373
FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO, pág., 1421
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, pág., 1429
ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 1445
INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 1453
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ, pág., 1463
FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV, pág., 1473
FUNDO FINANCEIRO - PREVMILITAR, pág., 1481
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ, pág., 1497
FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID, pág., 1493
FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 1501
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 1511
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, pág., 1519
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO, pág., 1537



SUMÁRIO VOLUME II - TOMO II

FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE, pág.,	1547
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pág.,	1553
FUNDO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO, pág.,	1567
FUNDO MAIS INFÂNCIA CEARÁ, pág.,	1573
FUNDO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS, pág.,	1581
CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, pág.,	1587
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, pág.,	1593
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, pág.,	1613
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A., pág.,	1619
COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ, pág.,	1627
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, pág.,	1633
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, pág.,	1645
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM S.A, pág.,	1653
FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, pág.,	1659
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO CEARÁ, pág.,	1665
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, pág.,	1673
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, pág.,	1687
FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, pág.,	1699
ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA, pág.,	1709
SECRETARIA DO TRABALHO, pág.,	1715
FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITOS PRODUTIVO DO CEARÁ, pág.,	1723
FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO, pág.,	1729
SECRETARIA DOS POVOS INDÍGENAS, pág.,	1735
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA, pág.,	1741
SECRETARIA DAS MULHERES, pág.,	1749
SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS, pág.,	1759
FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ, pág.,	1777
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR, pág.,	1783
SECRETARIA DA JUVENTUDE, pág.,	1791
SECRETARIA DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA, pág.,	1797
SECRETARIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, pág.,	1803
SECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL, pág.,	1809
SECRETARIA DA DIVERSIDADE, pág.,	1815
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, pág.,	1823
SECRETARIA DA PROTEÇÃO ANIMAL, pág.,	1831
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, pág.,	1839
FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, pág.,	1847



LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2026

DEMONSTRATIVO DE
ALINHAMENTO DAS
ENTREGAS DO ANEXO DE
METAS E PRIORIDADES DA
LDO COM A LEI
ORÇAMENTÁRIA ANUAL



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

**ORÇAMENTO ANUAL 2026 - LEI**

Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com a Lei Orçamentária Anual

Programa**101 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS**

Entrega / Ação	VALOR 2026
2303 - CENTRO PARA PESSOA IDOSA IMPLANTADO	500.000,00
11886 - Implantação dos Centros de Envelhecimento Ativo e Cidadão.	500.000,00

Programa**111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA**

Entrega / Ação	VALOR 2026
1903 - UNIDADE HABITACIONAL IMPLANTADA	52.020.000,00
11626 - Implantação de Unidade Habitacional do Projeto Cocó.	10.000,00
11632 - Implantação de Unidade Habitacional do Projeto Rio Maranguapinho.	10.000,00
11771 - Apoio à Habitação e Regularização Fundiária Urbana do Projeto Rio Cocó.	10.000,00
11774 - Apoio à Habitação e Regularização Fundiária Urbana do Projeto Rio Maranguapinho.	20.000,00
11775 - Apoio à Habitação e Regularização Fundiária Urbana do Projeto Dendê (PRÓ-MORADIA).	20.000,00
11779 - Ampliação da Oferta de Moradia de Interesse Social na Área Urbana no Âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida ou de Outros que Venham a Substituí-lo	51.480.000,00
11869 - Ampliação da Oferta de Moradia de Interesse Social oriundas de Demandas Municipais.	210.000,00
11950 - Pagamento de Aluguel Social às Famílias dos Projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê.	260.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2207 - UNIDADE HABITACIONAL ESTRUTURADA	5.250.000,00
11662 - Melhoria das Condições Físicas de Unidades Habitacionais na Área da Comunidade do Projeto Dendê (PRÓ-MORADIA).	5.190.000,00
12914 - Melhoria das Condições Físicas de Unidades Habitacionais do Projeto Comunidade Dendê 2ª Etapa (Comp. I)	20.000,00
13161 - Instalação e/ou Cercamento do Perímetro dos Residenciais no Âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida ou de Outros Programas que Venham a Substituí-lo	40.000,00

Programa**112 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL**

Entrega / Ação	VALOR 2026
1903 - UNIDADE HABITACIONAL IMPLANTADA	25.000,00
10485 - Implantação de Unidades Habitacionais no Meio Rural.	10.000,00
11716 - Implantação de Unidades Habitacionais	15.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
1921 - TÍTULO OFERTADO	6.000.000,00
11717 - Regularização Fundiária, Titulação e Reconhecimento de Imóveis Rurais	6.000.000,00

Programa**113 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA RURAL**

Entrega / Ação	VALOR 2026
1903 - UNIDADE HABITACIONAL IMPLANTADA	10.000,00
11782 - Ampliação da Oferta de Moradia de Interesse Social na Área Rural no Âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida ou de Outros Programas que Venham a Substituí-lo.	10.000,00



Programa

122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Entrega / Ação	VALOR 2026
2209 - SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL IMPLANTADO	340.000,00
11055 - Implantação e Estruturação do Serviço Socioassistencial da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS.	10.000,00
12237 - Apoio ao Programa de Cooperação Federativa - PCF.	10.000,00
12238 - Apoio a Entidades Sem Fins Lucrativos para Atendimento a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade.	10.000,00
13103 - Construção de Unidades para Implantação dos Serviços Socioassistenciais da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS.	250.000,00
14242 - Aquisição de 01 carro para Secretaria de Assistência Social do município de Itaíçaba	60.000,00

Programa

123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Entrega / Ação	VALOR 2026
2226 - CARTÃO MAIS INFÂNCIA CONCEDIDO	158.373.290,00
11130 - Execução do Programa Mais Infância Ceará - Cartão Mais Infância	158.373.290,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2229 - EQUIPAMENTO SOCIOASSISTENCIAL IMPLANTADO	6.200.000,00
11676 - Planos Participativos Municipais (PROARES III - 2ª FASE - COMP I).	6.200.000,00

Programa

131 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE, DIVERSIDADE E CULTURA CEARENSE

Entrega / Ação	VALOR 2026
1894 - PROJETO APOIADO	5.660.000,00
11355 - Promoção de Editais de Apoio e Fomento Artístico e Cultural.	10.000,00
11364 - Apoio aos Pontos de Cultura do Ceará.	40.000,00
11369 - Difusão do Edital Mecenas do Ceará.	10.000,00
11371 - Fortalecimento das Instituições Centenárias da Sociedade Civil.	10.000,00
11683 - Promoção do Prêmio Coletivos de Arte e Cultura das Periferias do Ceará - FEC.	10.000,00
11684 - Promoção do Edital de Ceará das Artes - FEC.	460.000,00
11685 - Promoção do Edital Cinema e Vídeo - FEC.	460.000,00
11686 - Promoção do Edital Cultura LGBTI+ (FEC).	150.000,00
11687 - Promoção do Edital de Cultura Infância - FEC.	57.000,00
11688 - Promoção do Fomento à Cultura - FEC.	305.000,00
12938 - Promoção de Editais de Apoio e Fomento Artístico e Cultural - FEC	3.748.000,00
12950 - Promoção de Ações Institucionais e de Comunicação do Fundo Estadual da Cultura - INVESTE CULTURA	10.000,00
12987 - Fomento a Rede do Programa Cultura Viva - FEC	20.000,00
13102 - Promoção de Editais de Apoio e Fomento ao Livro e Literatura - FEC	20.000,00
14510 - Apoio financeiro para ações culturais no município de Jaguaribara	150.000,00
14604 - Apoio financeiro à realização do Festival de Talentos da Periferia.	50.000,00
14630 - Apoio à estruturação da Sociedade Lírica do Belmonte - Solibel	100.000,00
14665 - Apoio financeiro para a Instituição Casa de Vovó Dedé realizar o 21º Fórum Harmônicas Brasil.	50.000,00

Programa

141 - EDUCAÇÃO, EQUIDADE E DIREITOS HUMANOS

Entrega / Ação	VALOR 2026
2040 - ALUNO BENEFICIADO	200.000,00
10790 - Aquisição de Material Didático Complementar Produzidos para Atender as Especificidades da Educação Especial, da População LGBTI+, de Mulheres e dos Privados de Liberdade.	110.000,00
14585 - Aquisição de material didático complementar nas temáticas de educação em direitos humanos	90.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2049 - ESCOLA IMPLANTADA	1.020.000,00
10780 - Construção e Aquisição de Equipamentos de Escolas Indígenas, Quilombolas e do Campo.	1.000.000,00
14648 - Construção de escola indígena de ensino médio no Poço Dantas	20.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2050 - ESCOLA ESTRUTURADA	300.000,00
10777 - Readequação dos Espaços Infraestruturais e Aquisição de Material Permanente para Escolas Indígenas, Quilombolas, do Campo e Escolas Família Agrícola.	100.000,00
10788 - Readequação dos Espaços para Atender aos Estudantes com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista e/ou Altas Habilidades/Superdotação.	100.000,00
14649 - Reforma da Escola Família Agrícola Dom Fragoso, no município de Independência	100.000,00

Programa

142 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE

Entrega / Ação	VALOR 2026
1996 - PRÊMIO CONCEDIDO	37.076.900,00
11267 - Realização do Prêmio Escola Nota 10.	37.076.900,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2040 - ALUNO BENEFICIADO	29.444.640,00
11263 - Apoio aos Municípios na Expansão da Oferta de Vagas no Desenvolvimento do PAIC Integral.	6.000.000,00
11264 - Apoio aos Municípios na Promoção da Integração Social no Âmbito Educacional no Desenvolvimento do PAIC Integral.	22.444.640,00
14344 - Custeio para a educação no município de Itapipoca	1.000.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2050 - ESCOLA ESTRUTURADA	8.600.000,00
11269 - Ampliação e Melhoria da Infraestrutura das Escolas Municipais de Ensino Fundamental.	1.500.000,00
11271 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação na Rede Pública Municipal de Ensino.	5.500.000,00
14228 - Custeio para a Aquisição de Livros Escolares - Município de Quixelô	1.000.000,00
14296 - Ampliação e melhorias na infraestrutura das escolas públicas municipais do município de Granjeiro	600.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2055 - CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IMPLANTADO	4.250.000,00
11262 - Construção e Aquisição de Equipamentos de Centros de Educação Infantil.	4.000.000,00
11589 - Implantação de Unidades de Centro de Educação Infantil - CEI.	250.000,00

Programa

143 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

Entrega / Ação	VALOR 2026
2049 - ESCOLA IMPLANTADA	25.220.000,00
11288 - Construção e Aquisição de Equipamentos para Escolas Estaduais de Ensino Médio.	25.000.000,00
11831 - Construção de Equipamentos da Educação - Ensino Médio.	200.000,00
14550 - Construção de escola estadual de ensino fundamental e médio / Porteiras	20.000,00
2050 - ESCOLA ESTRUTURADA	11.000.000,00
11291 - Ampliação da Infraestrutura e Aquisição de Equipamentos para Escolas Estaduais de Ensino.	7.000.000,00
11292 - Reforma de Escolas Estaduais de Ensino Médio.	3.500.000,00
11293 - Aquisição de Equipamentos e Insumos de TI para Escolas de Ensino Médio.	500.000,00

Programa

144 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR AO ENSINO MÉDIO

Entrega / Ação	VALOR 2026
2049 - ESCOLA IMPLANTADA	120.942.173,00
11272 - Construção, Adequação e Aquisição de Equipamentos para Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.	120.000.000,00
11273 - Aquisição de Equipamentos e Insumos de TI para Escolas Estaduais de Ensino Médio em Tempo Integral.	600.000,00
11356 - Construção de Equipamentos da Educação em Tempo Integral e Complementar ao Ensino Médio.	200.000,00
14415 - Construção de uma nova escola de Tempo Integral na sede da cidade, no município de Iguatu	20.000,00
14496 - Construção de uma Escola de ensino médio em tempo integral na zona rural do município de Maranguape.	45.000,00
14506 - Escola de ensino médio em tempo integral no Conjunto São Cristovão no município de Fortaleza.	57.173,00
14610 - Construção de uma escola técnica de tempo integral no município de Amontada	20.000,00
2050 - ESCOLA ESTRUTURADA	41.500.000,00
10325 - Aquisição de Equipamentos e Adequação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.	41.500.000,00

Programa

151 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO

Entrega / Ação	VALOR 2026
1907 - EQUIPAMENTO DE ESPORTE IMPLANTADO	14.663.031,00
11157 - Implantação de Equipamentos de Esporte e Lazer.	10.047.031,00
11594 - Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	3.300.000,00
12091 - Implantação de Equipamentos Esportivos e de Lazer.	96.000,00
14238 - Construção de academia ao ar livre no município de Jaguaratama	40.000,00
14243 - Construção de 01 areninha no município de Jaguaribara	500.000,00
14268 - Construção de Areninha para Madalena (Bairro Alto da Alegria)	20.000,00
14269 - Construção de Areninha para o município de Palhano	20.000,00
14271 - Construção de Areninha para o município de Quixeramobim (Distrito de Uraquê)	20.000,00
14326 - Construção de Areninha / Abaiara	20.000,00
14334 - Construção de Areninha / Altaneira	20.000,00
14338 - Construção de Areninha / Jati	20.000,00
14339 - Construção de areninha no Município de Limoeiro do Norte	20.000,00
14340 - Construção de Areninha / Milagres	20.000,00
14341 - Construção de Areninha / Missão Velha	20.000,00
14342 - Construção de Areninha / Penaforte	20.000,00
14345 - Construção de Areninha / Porteiras	20.000,00
14347 - Construção de Areninha / Tarrafas	20.000,00
14349 - Construção de Areninha / Mauriti	20.000,00
14351 - Construção de Areninha / Brejo Santo (São Francisco)	20.000,00
14365 - Construção de uma Areninha no município de Ibicuitinga	20.000,00
14396 - Construção de Academia ao Ar Livre na praça Coletor Bezerra Borges, do município de Mulungu.	30.000,00
14400 - Construção de Academia ao Ar Livre na praça Maria Zélia Ribeiro, Tapuiú 1, do município de Tabuleiro do Norte.	30.000,00
14406 - Construção de Academia ao Ar Livre, localidade de Boqueirão, do município de Caridade.	30.000,00
14408 - Construção de Academia ao Ar Livre, na localidade de São Bento, do município de Capistrano.	30.000,00
14422 - Construção de Ginásio Poliesportivo no município de Iguatu	20.000,00
14552 - Construção de uma areninha no município Alto Santo	20.000,00
14569 - Construção de uma areninha no município Aracoiaba	20.000,00
14611 - Construção de uma areninha na comunidade de Cajuerinho no município de Bela Cruz	20.000,00
14667 - Construção de Areninha para o município de Jaguaribe	20.000,00
14668 - Construção de Areninha para o município de Pedra Branca	20.000,00
14669 - Construção de Areninha para o município de Ipu	20.000,00
14670 - Construção de Areninha para o município de Nova Russas	20.000,00
14688 - Construção de uma areninha no bairro Manoel Dias Branco no município de Fortaleza	20.000,00
14722 - Construção de uma academia ao ar livre no distrito de Riachão no município de Miralma	20.000,00
14751 - Construção de Areninha - Riacho Fundo (Massapê)	20.000,00
14753 - Construção de Areninha - São Francisco (Meruoca)	20.000,00
14755 - Construção de Areninha - Fernandes (Meruoca)	20.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
1908 - NÚCLEO DE ESPORTE IMPLANTADO	2.892.000,00
10768 - Implantação de Núcleos de Esporte	302.000,00
10768 - Implantação de Núcleos de Esporte	2.590.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
1910 - BOLSA CONCEDIDA	1.600.000,00
10767 - Concessão de Bolsa para Iniciação Esportiva.	1.600.000,00

Programa

162 - INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Entrega / Ação	VALOR 2026
1964 - PESSOA CAPACITADA	10.535.000,00
12164 - Formação em Artes Urbanas para Jovens do Projeto Itinerante - (PreVio - COMP. I).	5.415.000,00
12165 - Realização de Capacitação para Agentes Criativos, Beneficiários do LABJUV (PreVio - COMP. I).	5.120.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2251 - UNIDADE DE ATENDIMENTO IMPLANTADA	100.000,00
12246 - Aquisição de Veículos (ônibus) adaptados para Implementação de Unidades Móveis para as Atividades para Jovens em Territórios Vulneráveis no Âmbito do Projeto Itinerante (PreVio - COMP. I)	100.000,00

Programa

165 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E DA CIDADANIA

Entrega / Ação	VALOR 2026
2252 - ZONA VIVA IMPLANTADA	1.000.000,00
11660 - Implantar e Equipar o Programa Zona Viva de Cultura, Tecnologia e Qualificação.	1.000.000,00

Programa

167 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Entrega / Ação	VALOR 2026
1917 - CAPACITAÇÃO REALIZADA	4.169.366,00
11562 - Realização de Capacitações Técnica e Profissional Visando a Autonomia Econômica das Mulheres.	472.366,00
12217 - Capacitação de Profissionais da Rede de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência (PreVio - COMP. I).	147.000,00
12225 - Realização de Cursos de Qualificação e Empreendedorismo para Mulheres Atendidas na Casa da Mulher Brasileira (PreVio - COMP. I).	650.000,00
12226 - Realização de Formação para Mulheres Assistidas pelo Empodera (PreVio - COMP. I).	2.560.000,00
21153 - Realização de Capacitação Profissional para Agentes Públicos que Atuam Direta ou Indiretamente na Rede de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência.	340.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2278 - MULHER BENEFICIADA	1.500.000,00
12229 - Transferência de Renda para Mulheres Assistidas no Projeto Empodera (PreVio - COMP. I).	700.000,00
12230 - Concessão de Capital Semente (incentivo financeiro) às Mulheres Assistidas pelo Projeto Empodera (PreVio - COMP. I).	800.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2280 - CASA DA MULHER IMPLANTADA	2.567.481,00
11545 - Implantação de Unidades da Casa da Mulher Cearense.	1.310.000,00
11549 - Implantação de Unidades da Casa da Mulher Brasileira.	637.481,00
11603 - Implantação de Unidades da Casa da Mulher Cearense	600.000,00
14544 - Construção de uma casa de abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar / Brejo Santo	20.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2281 - CASA DA MULHER ESTRUTURADA	210.000,00
12218 - Aquisição de Equipamentos, Veículos e Material Permanente para a Estruturação da Casa da Mulher Brasileira.(PreVio - COMP I) .	200.000,00
13204 - Ampliação e/ou Reforma das Unidades da Casa da Mulher Brasileira e Cearenses	10.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2283 - SALA LILÁS IMPLANTADA	200.000,00
12287 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para Implementação das Salas Lilás (PreVio - COMP I).	100.000,00
12575 - Estruturação das Salas Lilás	100.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2332 - MULHER APOIADA	2.295.000,00
12231 - Prestação de Serviço para o Atendimento a Adolescentes e Jovens Grávidas e seus Bebês (PreVio - COMP I).	2.295.000,00

Programa

168 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Entrega / Ação	VALOR 2026
2055 - CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IMPLANTADO	6.200.000,00
11677 - Implantação de Centros de Educação Infantil (PROARES III - 2ª FASE - COMP I).	6.200.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2290 - COMPLEXO MAIS INFÂNCIA IMPLANTADO	2.500.000,00
11682 - Implantação de Unidades do Complexo Mais Infância (PROARES III - 2ª FASE - COMP I).	2.500.000,00



Programa

171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE

Entrega / Ação	VALOR 2026
1893 - SERVIÇO REALIZADO	362.141.777,00
10883 - Promoção da assistência de cirurgias eletivas no Estado do Ceará	30.000.000,00
10886 - Contribuição para melhoria da oferta dos serviços regulados na atenção secundária e terciária	10.000,00
10887 - Desenvolvimento e implantação dos protocolos da regulação.	10.000,00
10888 - Estruturação física e tecnológica para a implantação dos protocolos de regulação.	10.000,00
14395 - Apoio a ações de tratamento e acompanhamento de crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista atendidas pelo Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS)	50.000,00
20595 - Garantir o programa de tratamento fora domicílio - TFD.	8.065.634,00
20596 - Promoção da assistência à saúde dos usuários do SUS na oferta de serviços e tratamentos especializados de média e alta complexidade	11.889.453,00
20597 - Apoio ao funcionamento da rede de captação e distribuição de órgãos.	5.724.010,00
20601 - Manutenção da central de laudos estadual.	34.029.874,00
20602 - Promoção dos serviços de telemedicina e teleassistência na rede especializada dos municípios cearenses	3.767.248,00
20612 - Apoio aos Serviços da Assistência de Cirurgias Eletivas no Estado do Ceará.	10.000,00
20663 - Apoio aos serviços de regulação e controle do SUS.	66.384.956,00
21210 - Implementação e Monitoramento da Gestão de Custos	202.190.602,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2086 - UNIDADE DE SAÚDE ESTRUTURADA	21.162.173,00
10891 - Estruturação da rede de atenção psicossocial (RAPS).	10.000,00
10894 - Ampliação das ações da rede de atenção psicossocial	10.000,00
10895 - Aquisição e instalação de material permanente na atenção ambulatorial e hospitalar.	7.977.000,00
10896 - Aquisição e instalação de material permanente de tecnologia da informação na atenção ambulatorial e hospitalar.	503.000,00
10897 - Implantação e desenvolvimento de sistemas/software e plataforma digital.	10.000,00
10898 - Celebração de parcerias para melhoria da assistência à saúde na atenção básica.	1.100.000,00
10899 - Celebração de parcerias para melhoria da assistência ambulatorial e hospitalar.	8.600.000,00
10900 - Realização de obras na estrutura física na atenção ambulatorial e hospitalar.	60.000,00
10901 - Estruturação física e tecnológica de unidades de saúde - HEMOCE.	10.000,00
10902 - Aquisição e instalação de material permanente nas áreas de atenção à saúde no combate a COVID-19.	10.000,00
10903 - Estruturação do programa de atenção à pessoa com deficiência.	10.000,00
11917 - Estruturação de Unidades da Saúde.	300.000,00
14259 - Compra de Tomografo Computadorizado para o Hospital São José de Doenças Infecciosas - HSJDI	200.000,00
14270 - Aquisição de equipamento de imagem para saúde para o município de Capistrano	100.000,00
14287 - Aquisição de equipamentos para atender demanda do programa de reabilitação pulmonar do Hospital de Messejana - HM	51.000,00
14336 - Aquisição e instalação de material permanente na atenção ambulatorial e hospitalar no município de Fortim	20.000,00
14350 - Aquisição e instalação de material permanente na atenção ambulatorial e hospitalar no município de Madalena	20.000,00
14352 - Apoio financeiro para o Centro de Referência em Doenças Raras do Hospital Infantil Albert Sabin, especificamente para o Serviço de Neurogenética e Neuromuscular, para realização de reforma e equipagem de sala de atendimento especializada.	51.173,00
14355 - Aquisição e instalação de material permanente na atenção ambulatorial e hospitalar no município de Milagres	20.000,00
14363 - Aquisição e instalação de material permanente na atenção ambulatorial e hospitalar no município de Mombaça	20.000,00
14364 - Aquisição e instalação de material permanente na atenção ambulatorial e hospitalar no município de Penaforte	20.000,00
14366 - Aquisição e instalação de material permanente na atenção ambulatorial e hospitalar no município de Várzea Alegre	20.000,00
14367 - Aquisição e instalação de material permanente na atenção ambulatorial e hospitalar no município de Santa Quitéria	20.000,00
14369 - Aquisição e instalação de material permanente na atenção ambulatorial e hospitalar no município de Santana do Acaraú	20.000,00
14370 - Aquisição e instalação de material permanente na atenção ambulatorial e hospitalar no município de São Benedito	20.000,00

14373 - Aquisição e instalação de material permanente na atenção ambulatorial e hospitalar no município de Tabuleiro do Norte	20.000,00
14374 - Aquisição e instalação de material permanente na atenção ambulatorial e hospitalar no município de Guaraciaba do Norte	20.000,00
14375 - Aquisição e instalação de material permanente na atenção ambulatorial e hospitalar no município de Lavras da Mangabeira	20.000,00
14439 - Apoio Financeiro Para Reforma do Posto de Saúde da Comunidade do Borges - Município de Jaguaruana	100.000,00
14459 - Aquisição de equipamentos para postos de saúde do município de Caucaia	300.000,00
14532 - Apoio financeiro para Associação Beneficente médica de Pajuçara - ABEMP - Município de Maracanaú	200.000,00
14535 - Apoio financeiro para o Instituto de Gestão, Assistência Social, Humanização e Proteção a Vida (IPEMO)	200.000,00
14559 - Apoio financeiro para o Hospital do Coração Padre José Linhares Ponte, em Sobral.	100.000,00
14613 - Construção de uma Unidade Intensiva de Saúde (UTI), no Hospital Deputado Murilo Rocha Aguiar no Município de Camocim	20.000,00
14789 - Reforma, ampliação e equipamentos para o hospital municipal de Tamboril	1.000.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2126 - UNIDADE DE SAÚDE IMPLANTADA	33.780.000,00
10905 - Implantação do Hospital Estadual Universitário	30.000.000,00
10906 - Aquisição de unidade hospitalar para incorporação à rede Estadual do Ceará	10.000,00
11077 - Implantação de unidade hospitalar em Baturité	10.000,00
11078 - Implantação de unidade hospitalar em Iguatu	10.000,00
11663 - Construção de Unidades da Saúde.	600.000,00
13173 - Implantação de Unidade Hospitalar em Crateús	3.000.000,00
14402 - Aquisição de equipamentos hospitalares para o Hospital Geral de Fortaleza	150.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2158 - CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO IMPLANTADO	110.000,00
10882 - Implantação do centro de reabilitação do estado do Ceará	10.000,00
20322 - Desenvolvimento de Ações para Promoção do Cuidado aos Pacientes com Transtorno do Espectro Autista - TEA	100.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2173 - MUNICÍPIO APOIADO	49.148.317,00
10878 - Contribuição para melhoria na atenção básica	1.500.000,00
10879 - Apoio ao programa cuidar melhor Ceará	10.000,00
10880 - Estruturação ao programa cuidar melhor Ceará	10.000,00
14221 - Custeio para saúde no município de Guaraciaba do Norte	1.000.000,00
14227 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Maranguape	602.173,00
14239 - Custeio para a área da saúde no município de Quixeré	50.000,00
14240 - Apoio financeiro para serviços de saúde no município de Apuiarés	1.050.000,00
14245 - Apoio Financeiro para área da saúde do Município de Pacatuba	1.000.000,00
14246 - Apoio financeiro na área da saúde do Município de Maracanaú	552.173,00
14250 - Apoio financeiro para a Associação Beneficente Médica de Pajuçara (ABEMP) para a realização de cirurgias eletivas em Maracanaú	250.000,00
14253 - Apoio Financeiro para o sistema de saúde do município de Maracanaú	1.000.000,00
14275 - Custeio para saúde no município de Tururu	500.000,00
14277 - Custeio para saúde no município de Senador Pompeu	500.000,00
14278 - Custeio para a área da saúde no município de Aquiraz	350.000,00
14280 - Custeio para a área da saúde no município de Eusébio	350.000,00
14281 - Custeio para a área da saúde no município de Itaitinga	300.000,00
14282 - Custeio para saúde do município de Pentecoste	200.000,00
14290 - Custeio para saúde do município de Pacajus	100.000,00
14297 - Custeio para saúde do município de Itaitinga	108.000,00
14301 - Custeio para saúde do município de Palhano	108.000,00
14302 - Custeio para saúde do município de Cascavel	108.000,00
14303 - Custeio para saúde do município de Ocara	108.000,00



CONTINUAÇÃO

14304 - Custeio para saúde do município de Chorozinho	108.000,00
14306 - Custeio para saúde do município de Banabuiú	112.173,00
14316 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Miraima	100.000,00
14327 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Viçosa do Ceará	200.000,00
14328 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Ipueiras	200.000,00
14330 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Caridade	300.000,00
14333 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Miraima	252.173,00
14343 - Repasse de recurso para apoio de ações na área de saúde no Município de Pacatuba	500.000,00
14346 - Repasse de recurso para apoio de ações na área de saúde no município de Maranguape	500.000,00
14348 - Repasse de recurso para apoio de ações na área de saúde no município de Maracanaú	652.173,00
14371 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Alcântaras	150.000,00
14379 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Reriutaba	200.000,00
14391 - Apoio financeiro à saúde de Fortaleza	1.000.000,00
14392 - Apoio financeiro para ações de saúde no Município de Apuiarés	500.000,00
14394 - Apoio financeiro para ações de saúde no Município de Jaguaribara	500.000,00
14405 - Apoio financeiro para o Hospital Instituto Dr. José Frota (IJF) no Município de Fortaleza	150.000,00
14426 - Custeio Hospitalar para o município de Cariré.	1.000.000,00
14447 - Apoio financeiro para a área da saúde para atender demanda do município de General Sampaio	150.000,00
14477 - Custeio para a área da saúde do município de Tianguá	500.000,00
14481 - Apoio financeiro à saúde do Município de Granja/CE	1.000.000,00
14483 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Tejuçuoca	200.000,00
14484 - Custeio da saúde para o município de Viçosa do Ceará	500.000,00
14488 - Apoio financeiro na área da saúde para o município de Aratuba.	300.000,00
14490 - Apoio financeiro na área da saúde para o município de Caridade.	150.000,00
14492 - Apoio financeiro na área da saúde para o município de Palmácia.	150.000,00
14494 - Apoio financeiro para a saúde do município de Guaraciaba do Norte	1.000.000,00
14495 - Apoio financeiro na área da saúde para o município de Catunda.	100.000,00
14497 - Apoio financeiro na área da saúde para o município de Guaramiranga.	50.000,00
14498 - Custeio para a Saúde do Município de Orós	1.000.000,00
14499 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Pires Ferreira	100.000,00
14501 - Apoio financeiro na área da saúde para o município de Pacoti.	50.000,00
14512 - Apoio financeiro na área da saúde para atender demanda do município de Palmácia.	200.000,00
14513 - Apoio financeiro na área da saúde para o município de Baturité.	50.000,00
14515 - Apoio financeiro para ações na área da saúde para atender a demanda do município de Mauriti	200.000,00
14516 - Apoio financeiro na área da saúde para o município de Catarina.	100.000,00
14517 - Apoio financeiro para atender a demanda da área de saúde do município de Ererê.	200.000,00
14551 - Apoio financeiro para atender as demandas da área da saúde - hospitalar e saúde básica - do município de Canindé.	600.000,00
14557 - Apoio financeiro para a saúde do município de Milhã	1.000.000,00
14560 - Apoio financeiro para a área da saúde do município de Iracema	602.173,00
14568 - Apoio financeiro para as ações de saúde no município de Carnaubal	500.000,00
14570 - Apoio financeiro para a Santa Casa de Misericórdia de Sobral	200.000,00
14571 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Varjota	200.000,00
14574 - Apoio financeiro à Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza	152.000,00
14577 - Custeio da Saúde / Maranguape	1.000.000,00
14578 - Apoio financeiro ao Hospital Infantil Municipal Amelia Bezerra, em Juazeiro do Norte	150.000,00
14579 - Apoio financeiro para as ações de saúde no município de São Benedito	500.000,00
14581 - Apoio financeiro na área da saúde no município de Fortaleza	1.022.173,00
14583 - Apoio financeiro para a área da saúde do município de Crateús.	200.000,00
14584 - Apoio financeiro para a área da saúde do município de Ipaporanga.	100.000,00
14587 - Apoio financeiro para ações de saúde destinadas à Unidade de Convivência do Autista (UCA) / Cascavel	200.000,00
14588 - Apoio financeiro para a área da saúde do município de Independência.	150.000,00
14589 - Apoio financeiro para a área de saúde do município de Fortaleza.	250.000,00
14605 - Apoio financeiro para a área da saúde do município de Juazeiro do Norte	1.000.000,00
14606 - Recurso para ações básicas na área da saúde do município de Camocim	1.000.000,00



FSC

www.fsc.org

MISTO

Papel produzido
a partir de fontes
responsáveis

FSC® C128031

14626 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Granja	1.000.000,00
14628 - Custeio para ações de saúde nos municípios do estado do Ceará	1.000.000,00
14629 - Custeio para ações de saúde no Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira (Frotinha da Messejana)	652.173,00
14654 - Recurso para o custeio da saúde do município de Fortaleza	1.000.000,00
14687 - Custeio da Saúde no município de Ibiapina	20.000,00
14693 - Apoio financeiro para a área da saúde do município de Fortim	200.000,00
14695 - Apoio financeiro para a área da saúde do município de Itaiçaba	200.000,00
14697 - Apoio financeiro para a área da saúde do município de Aracati	252.173,00
14705 - Custeio da saúde do município de Iguatu	1.000.000,00
14765 - Apoio financeiro para ações na saúde do Hospital São Camilo, em Crateús	20.000,00
20642 - Promoção da assistência farmacêutica em fitoterapia	90.956,00
20643 - Apoio à comissão estadual do programa mais médicos para o Brasil.	10.000,00
20644 - Implementação de ações de alimentação e nutrição.	81.485,00
20657 - Apoio financeiro para promoção da atenção primária.	12.614.319,00

Programa**181 - GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E COMBATE À FOME**

Entrega / Ação	VALOR 2026
2096 - ALIMENTO DISTRIBUÍDO	3.559.701,00
10083 - Aquisição e Distribuição de Alimentos a População em Situação de Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional.	1.059.701,00
10084 - Distribuição de Alimentos do Programa Mais Nutrição.	2.500.000,00
Entrega / Ação	VALOR 2026
2098 - REFEIÇÃO OFERTADA	165.237.496,00
10094 - Aquisição de Insumos e Distribuição de Refeições - Projeto Ceará sem Fome.	165.207.496,00
11793 - Seleção de Estabelecimentos para Oferta de Refeições.	10.000,00
20603 - Apoio ao Monitoramento da Qualidade, Distribuição e Gestão da Oferta de Refeições.	20.000,00
Entrega / Ação	VALOR 2026
2099 - VALE GÁS DISTRIBUÍDO	36.040.000,00
11646 - Concessão de Vale Gás para as Famílias em Situação de Vulnerabilidade.	36.040.000,00
Entrega / Ação	VALOR 2026
2100 - CARTÃO ALIMENTAÇÃO CONCEDIDO	172.236.000,00
11218 - Concessão do Cartão Alimentação - Projeto Ceará Sem Fome.	172.236.000,00

Programa**196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE**

Entrega / Ação	VALOR 2026
1967 - PROFISSIONAL QUALIFICADO	12.012.405,00
11108 - Concessão de Bolsas do Curso de Formação	10.000,00
11120 - Concessão de Bolsa Formação de Concurso Público.	10.000,00
20926 - Realização de Cursos para Formação Inicial.	10.000,00
21013 - Pagamento de Gratificação por Atividade de Magistério para os Cursos de Formação Inicial.	11.982.405,00
Entrega / Ação	VALOR 2026
2059 - UNIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTRUTURADA	26.252.173,00
10934 - Modernização e Aparelhamento da Área de TI da Supesp	35.000,00
10998 - Reforma das Edificações da SSPDS	50.000,00
10999 - Estruturação das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	3.311.000,00
11000 - Estruturação da Área de TI das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	1.550.000,00
11061 - Estruturação das Unidades Prestadoras de Serviço de Segurança Pública - FSPDS	13.579.000,00
11080 - Estruturação da Área de TI das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública - FSPDS	40.000,00
11081 - Modernização das Estruturas das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública - FSPDS	20.000,00
11082 - Modernização das Estruturas da Área de TI das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública - FSPDS	30.000,00
11608 - Recuperação e Manutenção Predial de Unidades de Segurança Pública.	5.300.000,00
12173 - Aquisição de Bens, Mobiliários, Equipamentos e Softwares para Estruturação de Data Center da SSPDS e Estruturação da SUPESP (PreVio - COMP II).	1.300.000,00
14580 - Apoio financeiro para aquisição de armas e munições para os Agentes de Segurança Pública do Ceará	350.000,00
14586 - Apoio financeiro para aquisição de armas e munições para os Agentes de Segurança do Ceará	650.000,00
14701 - Apoio financeiro para aquisição de equipamentos para os agentes de segurança	37.173,00
Entrega / Ação	VALOR 2026
2062 - DELEGACIA ESTRUTURADA	6.688.000,00
11001 - Estruturação das Delegacias Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	40.000,00
11002 - Estruturação da Área de TI das Delegacias Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	20.000,00
11102 - Modernização das Estruturas da Polícia Civil	3.201.000,00
12028 - Modernização das Estruturas da Polícia Civil - FSPDS.	699.000,00
12063 - Modernização na Área de Tecnologia e Comunicação da Polícia Civil - FSPDS.	120.000,00
12064 - Modernização na Área de Tecnologia e Comunicação da Polícia Civil.	2.028.000,00
12097 - Estruturação de Unidades de Segurança Pública da Polícia Civil.	550.000,00
14491 - Estruturação das edificações da Polícia Civil no município de Maranguape.	30.000,00
Entrega / Ação	VALOR 2026
2076 - UNIDADE DA MULHER IMPLANTADA	52.000,00
11112 - Implantação de Novas Unidades de Policiamento Civil Especializadas no Atendimento à Mulher.	12.000,00
12029 - Implantação de Novas Unidades de Policiamento Civil Especializadas no Atendimento à Mulher - FSPDS.	40.000,00



Programa

211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Entrega / Ação	VALOR 2026
1911 - INSTITUIÇÃO APOIADA	1.333.241,00
10960 - Apoio a Entidades na Manutenção de Atividades Estratégicas e Operacionais - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. III).	1.333.241,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
1929 - TECNOLOGIA IMPLANTADA	21.118.671,00
10966 - Implantação de Tecnologia Social para Produção.	7.771.117,00
12577 - Implantação de Tecnologia Social para Produção - (PSV - Comp. II).	6.731.200,00
13909 - Implantação de Tecnologia Social para Produção (PCFP PPF II - Comp. II) - ICO	6.616.354,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
1945 - PRODUTOR ASSISTIDO	49.956.540,00
10969 - Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores(as) - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. I).	12.754.956,00
10971 - Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores (as).	16.654.435,00
10992 - Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores.	10.850.000,00
10993 - Assistência Técnica e Extensão Rural as Famílias em Situação de Extrema Pobreza.	2.310.000,00
10994 - Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores Familiares - Distribuição de Sementes e Mudas e Emissão de Laudos do Garantia Safra.	650.000,00
10996 - Expansão e Aperfeiçoamento das Ações de ATER.	2.130.000,00
12532 - Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores (as) - (PSV - Comp. I).	2.896.780,00
20829 - Apoio as Unidades Operacionais (Escritórios, Centros de Treinamento e Postos Avançados) de ATER.	1.710.369,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
1947 - PROJETO IMPLANTADO	105.002.712,00
10113 - Implantação de Projeto de Desenvolvimento de Negócio - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. I).	53.079.873,00
10125 - Implantação de Projetos de Desenvolvimento Comunitário.	10.000,00
10132 - Implantação de Plano de Desenvolvimento Comunitário - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. I).	9.738.505,00
10656 - Modernização da Atividade Agrícola.	5.000.000,00
10702 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Semoventes e Acompanhamento Técnico ao Projeto.	26.496.635,00
12529 - Implantação de Plano de Desenvolvimento Produtivo - (PSV - Comp. I).	7.679.200,00
13907 - Implantação de Projeto de Desenvolvimento Comunitário (PCFP PPF II - Comp. I) - ICO	96.326,00
14249 - Aquisição de 04 tratores para o município de Lavras da Mangabeira	750.000,00
14273 - Aquisição de equipamentos industriais para fomentar setor agropecuário e pecuária leiteira no município do Cedro	200.000,00
14321 - Desenvolvimento sustentável da cadeia vitinícola na serra da Ibiapaba	152.173,00
14485 - Aquisição de 01 trator para agricultura familiar no município de Caucaia	150.000,00
14661 - Aquisição de motocultivadores para pequenos produtores no município de Itaipaba	50.000,00
20671 - Apoio à Produção da Agropecuária Familiar.	1.600.000,00



Programa

231 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO

Entrega / Ação	VALOR 2026
2049 - ESCOLA IMPLANTADA	15.335.000,00
11295 - Construção e Aquisição de Equipamentos para Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	15.000.000,00
11297 - Aquisição de Equipamentos e Insumos de TI para Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	100.000,00
11617 - Construção de Edificações Públicas da Educação Profissional.	200.000,00
14443 - Construção de duas EEEPs nos bairros Sapiroanga e Edson Queiroz no município de Fortaleza.	35.000,00
Entrega / Ação	VALOR 2026
2050 - ESCOLA ESTRUTURADA	2.640.000,00
11618 - Estruturação de Edificações Públicas da Educação Profissional.	230.000,00
11619 - Recuperação e Manutenção Predial de Edificações Públicas da Educação Profissional.	2.410.000,00

Programa

232 - QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO

Entrega / Ação	VALOR 2026
1910 - BOLSA CONCEDIDA	3.104.605,00
11113 - Concessão de Bolsa para Jovens.	1.954.605,00
12200 - Concessão de Bolsa de Incentivo no Âmbito das Ações do Projeto Virando o Jogo (PReVio - COMP. I).	1.150.000,00
Entrega / Ação	VALOR 2026
1964 - PESSOA CAPACITADA	73.635.655,00
10252 - Apoio a Capacitação de Profissionais para Oferta de Mão de Obra a Empreendimentos Prioritários.	10.000,00
11075 - Qualificação Social e Profissional de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social.	7.200.000,00
11115 - Qualificação Profissional de Jovens Cearenses.	7.020.000,00
11118 - Qualificação Social e Profissional de Jovens.	6.810.137,00
11259 - Qualificação Profissional em Nível de Formação Inicial e Continuada.	500.000,00
11804 - Melhoria da Infraestrutura Física para Oferta de Vagas em Cursos de Qualificação Profissional Vinculado ao Programa C-JOVEM.	30.000,00
12203 - Qualificação Social e Profissional de Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social, atendidos pelo Virando o Jogo (PReVio - COMP. I).	20.600.000,00
20544 - Oferta de Vagas em Cursos de Qualificação Profissional em Nível de Formação Inicial Continuada.	75.000,00
20546 - Oferta de Vagas em Cursos de Qualificação Profissional em Nível Técnico.	75.000,00
20548 - Qualificação Profissional em Nível Tecnológico.	7.600.000,00
20666 - Oferta de Vagas em Cursos de Qualificação Profissional vinculado ao Programa C-JOVEM.	20.000,00
20757 - Qualificação Profissional em Nível de Formação Inicial e Continuada.	15.978.000,00
20760 - Qualificação Profissional em Nível Técnico.	3.430.000,00
20767 - Apoio ao Centro de Treinamento Técnico do Ceará.	1.489.349,00
20785 - Qualificação Profissional em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.	1.200.000,00
20786 - Manutenção da Universidade do Trabalho Digital - UTD.	1.504.002,00
20787 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação na Universidade do Trabalho Digital - UTD.	94.167,00

Programa

241 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Entrega / Ação	VALOR 2026
2038 - CAMPUS UNIVERSITÁRIO ESTRUTURADO	127.248.711,00
10479 - Estruturação dos Campi Universitários - UVA	5.026.549,00
10486 - Apoio a Estruturação dos Campi Universitários - UVA	300.000,00
10858 - Expansão e Modernização do Campus Multi-Institucional de Iguatu.	120.000,00
11666 - Melhoria da Infraestrutura Física da URCA.	50.000,00
11667 - Apoio à Gestão do Geopark Araripe.	392.000,00
11750 - Modernização e Ampliação do Parque Computacional e Infraestrutura da Tecnologia de Informação da URCA.	10.000,00
11756 - Aquisição e Reforma de Prédios para Implantação de Novos Cursos da URCA.	30.000,00
11757 - Aquisição de Equipamentos, Mobiliários e Material Permanente para Implantação dos Novos Cursos de Graduação da URCA	10.000,00
11758 - Aquisição de Equipamentos, Mobiliários e Material Permanente para Setores Administrativos e Acadêmicos dos diversos Campi da URCA	4.040.103,00
11847 - Ampliação do Acervo das Bibliotecas Central e Setoriais.	100.000,00
11862 - Ampliação e Modernização da Infraestrutura Física, Tecnológica e de Equipamentos de Ensino, Pesquisa e Extensão da FUNECE.	8.080.000,00
11863 - Aquisição de Veículos para FUNECE.	70.000,00
11864 - Apoio às Ações Finalísticas da UECE voltadas à Acessibilidade.	100.000,00
11938 - Estruturação Física das Unidades de Ensino Superior.	103.786.000,00
11990 - Modernização e Ampliação das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Regional do Cariri - URCA.	900.000,00
14428 - Climatização do Campus Humberto Teixeira, no município de Iguatu, que abriga URCA e UECE	20.000,00
14599 - Construção de restaurante universitário na Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús (FAEC/UECE)	50.000,00
21025 - Funcionamento de Novos Equipamentos - MAPP Gestão.	4.164.059,00

Programa

252 - DESENVOLVIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DOS SETORES INDUSTRIAIS

Entrega / Ação	VALOR 2026
1961 - EMPREENDIMENTO IMPLANTADO	52.110.000,00
10726 - Disponibilização de Infraestrutura para Empreendimentos Estratégicos.	42.000.000,00
10760 - Atendimento de Demandas para Implantação de Empreendimento Industriais.	10.000,00
11921 - Concessão de Incentivos para o Desenvolvimento Industrial do Ceará.	10.000.000,00
14537 - Construção de galpão industrial / Penaforte	20.000,00
14538 - Construção de galpão industrial / Milagres	20.000,00
14539 - Construção de galpão industrial / Mauriti	20.000,00
14540 - Construção de galpão industrial / Abaiara	20.000,00
14555 - Construção de porto seco / Missão Velha	20.000,00

Programa

261 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Entrega / Ação	VALOR 2026
2024 - RODOVIA ESTRUTURADA	261.119.886,00
11322 - Duplicação de Rodovias de Acesso a Destinos e Localidades Turísticas (PROINFOTUR - Comp II).	2.000.000,00
11630 - Restauração de Rodovias.	21.600.000,00
11631 - Supervisão de Obras Rodoviárias	270.000,00
11640 - Administração do Programa (Infra Rodoviária Ceará).	7.300.000,00
11641 - Engenharia e Pré-investimento (Infra Rodoviária Ceará).	700.000,00
11644 - Restauração e Supervisão (Infrarodoviária Ceará)	228.949.886,00
11913 - Restauração de Rodovia Turística.	10.000,00
14353 - Reforma da Estrada do Matapasto, da CE 375 ao Balneário, no município de Quixelô	20.000,00
14424 - Duplicação da CE 060 do bairro Vila Neuma ao bairro Chapadinha, no município de Iguatu	20.000,00
14489 - Pavimentação asfáltica da estrada que liga o distrito de Uiraponga à sede do município de Morada Nova.	30.000,00
14615 - Duplicação da Estrada que liga o município de Camocim, ao município de Granja (rodovia Murilo Rocha Aguiar)	20.000,00
14754 - Restauração de Rodovia/CE-240/Entr.CE-180/Meruoca - Anil	20.000,00
14780 - Recuperação e restauração da estrada de Santa Quitéria a Tamboril na CE-176	20.000,00
14781 - Recuperação e restauração da estrada de Tamboril a Sucesso na CE-266	20.000,00
14782 - Recuperação e restauração da estrada de Sucesso - Crateus na CE-187	20.000,00
14783 - Recuperação e restauração da estrada na Cruzeta a Monsenhor Tabosa na CE-265	20.000,00
14784 - Recuperação e restauração da estrada de Ararendá a Poranga na CE-265	20.000,00
14785 - Recuperação e restauração da estrada Poranga a divisa CE/PI - BR-404 (CE-192)	20.000,00
14786 - Recuperação e restauração da estrada de Santa Quitéria a Tezao - CE-257	20.000,00
14787 - Recuperação e restauração da estrada de Ipueiras a Ipu - CE-187	20.000,00
14788 - Recuperação e restauração da estrada em Nova Russas a Ipueiras - CE-187	20.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2025 - RODOVIA PAVIMENTADA	119.054.491,00
11323 - Implantação de infraestrutura de acesso a destinos e localidades turísticas.	10.000,00
11625 - Pagamento de Compensação Ambiental.	50.000,00
11628 - Avaliação, Desapropriação de Imóveis e Licenças Ambientais para Obras Rodoviárias do Estado do Ceará	530.000,00
11629 - Pavimentação /Implantação de Rodovias.	85.595.204,00
11643 - Pavimentação e Supervisão (Infrarodoviária Ceará).	31.872.114,00
11920 - Obras e Supervisão (CEARÁ IV - B - Comp. II).	50.000,00
14236 - Pavimentação asfáltica no município de Itaiçaba	180.000,00
14315 - Pavimentação asfáltica da estrada que liga a comunidade do Espinho ao município de Limoeiro do Norte	100.000,00
14325 - Pavimentação asfáltica da Ce-358 do distrito de Olho D'água da Bica, no município de Tabuleiro do Norte até a divisa com Estado do Rio Grande do Norte	20.000,00
14473 - Pavimentação asfáltica da estrada Walter Lopes, do techo da Praça da Guabiraba ao ápice da Serra no município de Maranguape.	35.000,00
14533 - Pavimentação asfáltica de Rosário a comunidade do Valdivino / Milagres	20.000,00
14534 - Pavimentação asfáltica / Mauriti(CE-395 - Sede - Anauá)	20.000,00
14616 - Pavimentação asfáltica da Estrada que liga a CE-085 ao distrito do Guriú no município de Camocim	20.000,00
14634 - Pavimentação asfáltica da Estrada que liga a CE-085 ao distrito de Amarelas no município de Camocim	20.000,00
14640 - Pavimentação asfáltica da estrada que liga a CE-085 ao distrito de Tatajuba no município de Camocim	20.000,00
14671 - Pavimentação asfáltica ligando a CE-085 a CE-085, passando pelas localidades de Canafistula, Frei Jorge, Aroeira e Solidão no município de Cruz (Extensão de 21km).	20.000,00
14674 - Pavimentação asfáltica ligando a CE-085 a localidade de Aroeira no município de Cruz (Extensão de 4km).	20.000,00
14677 - Pavimentação asfáltica ligando a CE-085 a CE-201, passando pela localidade do Poço Doce e Gamileirinha no município de Cruz (Extensão de 10km)	20.000,00
14691 - Pavimentação asfáltica / Cedro (Arrojado)	20.000,00
14704 - Pavimentação Asfáltica da estrada que liga a CE-153 (Distrito de Várzea da Conceição) à CE-404 / Cedro	20.000,00

14716 - Pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Pires Ferreira ao Ipú, iniciando na localidade de Delmiro Gouveia em Pires Ferreira, passando pelas localidades de Marrúas e Flores no município de Ipú, até a CE-257 que liga o município de Ipú à Hidrolândia	20.000,00
14717 - Pavimentação asfáltica na estrada que fica no município de Marco, especificamente com seu início na CE-216, na localidade das Almas, passando pela localidade de Lagoa de João de Sá, depois localidade de Cachoeira, depois distrito Mocambo e distrito de Panacuí	20.000,00
14719 - Pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede do município de Marco ao município de Senador Sá, e o trecho que sai do município de Marco até a localidade de Assentamento do Remanso	20.000,00
14721 - Pavimentação (Implantação) de Rodovia/CE-395/Entr.CE-384 (Mauriti) - Anauá - Divisa PB/CE	20.000,00
14724 - Pavimentação (Implantação) de Rodovia/CE-240 (Anil) - Ventura	20.000,00
14725 - Pavimentação asfáltica na localidade de Milhãs no município de Pacujá. (6km)	20.000,00
14727 - Pavimentação (Implantação) de Rodovia/CE-496/Entr.CE-293 (Missão Nova) - Entr.CE-153 (Jamacaru)	20.000,00
14728 - Pavimentação (Implantação) de Rodovia/CE-152/Entr.CE-397 (Palestina) - Quixabinha	20.000,00
14732 - Pavimentação (Implantação) de Rodovia/CE-277/Entr.BR-020/Miranda - Entr.CE-187/Cococá (Tauá)	20.000,00
14737 - Pavimentação (Implantação) de Rodovia/CE-179/Entr.CE-232(Ipagaçu)/Tuína - Entr.CE-362 (Sobral)	20.000,00
14740 - Pavimentação asfáltica da estrada no trecho da Vila da Passagem da Onça a comunidade de Tucuns no município de Viçosa do Ceará	20.000,00
14744 - Pavimentação (Implantação) de Rodovia/CE-240 (Patriarca) - Entr.CE-179 (Tuína)	20.000,00
14745 - Pavimentação (Implantação) de Rodovia/CE-176/Entr.CE-266 (Tamboril) - Entr.BR-226 (Independência)	20.000,00
14746 - Pavimentação asfáltica no novo trecho da estrada de Barroquinha para Bitupitá, passando por Praia Nova e Curimãs.	32.173,00
14747 - Pavimentação (Implantação) de Rodovia/CE-176/Entr.BR-226/Independência - Iapi	20.000,00
14748 - Pavimentação (Implantação) de Rodovia/CE-162/Entr.CE-341/354 (Pentecoste) - Entr.CE-253 (Paramoti)	20.000,00
14749 - Pavimentação (Implantação) de Rodovia/CE-162/Entr.BR-222/São Luís do Curu - Entr.CE-354/Pentecoste	20.000,00
14750 - Pavimentação Asfática (Implantação) no trecho entr.CE-240 à localidade de São Damião (Massapê)	20.000,00
14757 - Pavimentação da estrada CE-176 que liga Tamboril à Independência	20.000,00
14758 - Construir o contorno em pavimentação asfáltica em Santa Quitéria	20.000,00



Programa

262 - DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM

Entrega / Ação	VALOR 2026
2165 - INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA ESTRUTURADA	199.000.000,00
12104 - Implementação de Projeto de Melhoria da Infraestrutura Portuária.	49.000.000,00
12242 - Expansão do TMUT/Novo Berço de Atracação. (Programa de Transição Energética do Pecém)	150.000.000,00

Programa

311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO

Entrega / Ação	VALOR 2026
1970 - ESPAÇO PÚBLICO ESTRUTURADO	25.300.000,00
12080 - Estruturação de Edificações Públicas Administrativas.	7.420.000,00
12082 - Estruturação de Infraestrutura Pública de Convivência.	4.990.000,00
12083 - Recuperação e Manutenção Predial de Edificações Públicas.	7.670.000,00
12204 - Requalificação de Espaços Públicos Urbanos no Âmbito do Projeto Cidade Viva (PreVio - COMP. I).	5.200.000,00
14564 - Revitalização das margens do rio Jaguaribe no município Limoeiro do Norte	20.000,00

Programa

313 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE

Entrega / Ação	VALOR 2026
2183 - LINHA LESTE IMPLANTADA	819.791.111,00
11070 - Implantação do Sistema Metroferroviário - Linha Leste (Comp. I - Obras Cíveis).	782.888.168,00
11071 - Implantação do Sistema Metroferroviário - Linha Leste (Comp. II - Sistemas Fixos).	200.000,00
11072 - Implantação do Sistema Metroferroviário - Linha Leste (Comp. III - Material Rodante).	100.000,00
11073 - Implantação do Sistema Metroferroviário - Linha Leste (Comp. IV - Gerenciamento e Supervisão).	36.602.943,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2184 - LINHA METROFERROVIÁRIA IMPLANTADA	57.172.414,00
11050 - Implantação do Sistema Metroferroviário - Linha Sul.	50.000,00
11053 - Implantação do VLT Parangaba/Mucuripe - Ramal Aeroporto.	100.000,00
11056 - Implantação do Sistema Metroferroviário - Linha Caucaia/Pecém.	100.000,00
11060 - Implantação do Bonde Elétrico Cultural e Turístico de Fortaleza.	100.000,00
11101 - Implantação do Sistema Metroferroviário - Linha Sul.	26.675.414,00
14105 - Expansão Do VLT Parangaba/Mucuripe - Trecho Aeroporto/Castelão	30.147.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2242 - VAI E VEM CONCEDIDOS	295.276.334,00
11590 - Programa Vai e Vem Livre.	11.000,00
20250 - Prestação de Serviço de Transporte de Pessoas no Estado do Ceará	295.195.334,00
20922 - Concessão de Passagens Gratuitas pelo Projeto VaiVem Livre	70.000,00

Programa

321 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ

Entrega / Ação	VALOR 2026
1941 - SISTEMA IMPLANTADO	12.972.184,00
10619 - Implantação de Sistema de Energia Renovável.	10.000,00
11019 - Implantação de Sistemas de Geração e Cogeração de Energia no Estado do Ceará.	50.000,00
11069 - Promoção do Uso Eficiente de Energia Elétrica nas Edificações e Órgãos Públicos Estaduais.	50.000,00
11149 - Promoção do Uso Eficiente de Energia Elétrica nas Edificações e Órgãos Públicos Estaduais	2.996.000,00
11971 - Implantação de Tecnologias para Viabilizar a Produção de Energias Limpas e Renováveis	9.866.184,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
1972 - PROJETO REALIZADO	2.572.511,00
10816 - Realização de Estudos e Pesquisas para Viabilizar o Aproveitamento de Potencialidades e o Desenvolvimento do Hub do Hidrogênio Verde.	10.000,00
11106 - Elaboração de Estudos, Planos, Projetos e Contratação de Apoio Técnico para Promoção da Política Pública de Energia.	2.562.511,00

Programa

332 - CEARÁ DA PROTEÇÃO ANIMAL

Entrega / Ação	VALOR 2026
1914 - ATENDIMENTO REALIZADO	150.000,00
12271 - Apoio a Entidades que Trabalham com Serviços de Atendimento a Cães e Gatos.	10.000,00
14223 - Desenvolvimento de políticas públicas de proteção animal no município de Piquet Carneiro	60.000,00
14224 - Desenvolvimento de políticas públicas de proteção animal no município de Pedra Branca	60.000,00
14420 - Aquisição de uma unidade do Castra móvel para o município de Iguatu	20.000,00

Programa

342 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS

Entrega / Ação	VALOR 2026
2017 - POÇO INSTALADO	17.817.000,00
11520 - Instalação de Poços com Dessalinizadores do Programa Água Doce - PAD.	7.480.000,00
11523 - Conservação de Dessalinizadores do Programa Água Doce - PAD.	2.015.000,00
11606 - Instalação de Poços para a Garantia da Captação e do Aproveitamento das Águas Subterrâneas.	3.090.000,00
14110 - Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais no Ceará - Novo PAC - Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal	5.052.000,00
14573 - Perfuração de poços profundos no município de Sobral	100.000,00
14730 - Perfuração de poços profundos no Município de Mombaça.	30.000,00
14733 - Perfuração de Poços Profundos no Município de Russas.	30.000,00
14735 - Aquisição de poços profundos no Município de Quixeramobim.	20.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2243 - CANAL CONSTRUÍDO	162.132.943,00
11440 - Construção dos Cinturão das Águas do Ceará - CAC - Trecho I.	162.132.943,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2244 - MALHA D'ÁGUA IMPLANTADO	129.410.000,00
11454 - Implantação do Projeto Malha D'água - Sistema Banabuiú - Sertão Central (IPF - Comp I).	122.583.000,00
11458 - Aquisição de Equipamento para dar Suporte ao Setor de Recursos Hídricos (IPF Comp I).	20.000,00
11463 - Implantação do Sistema Adutor dos Sertões de Quixadá-Quixeramobim - SAQQ (Integrante do Malha d'Água) - Componente I - Segurança Hídrica e Valoração Agroecômica da Água	10.000,00
11464 - Implantação do Sistema Adutor de Água Tratada- Malha D'água.	10.000,00
11501 - Realização de Ações Complementares para Implantação do Projeto Malha D'água - Sistema Banabuiú - Sertão Central (IPF - Comp. I).	6.787.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2245 - INFRAESTRUTURA HÍDRICA ESTRUTURADA	594.948.656,00
11516 - Duplicação do Eixão das Águas - Açude Castanhão- Região Metropolitana de Fortaleza- Porto do Pecém.	585.003.000,00
14166 - Aquisição de Material Civil, Hidromecânico e Elétrico para Rede de Distribuição da Serra do Mãozinha - Abaiara -CE	400.000,00
14167 - Instalação de Poços	6.075.656,00
14169 - Modernização da Medição de Consumo de Água Bruta com Instalação de Medidores Ultrassônicos Fixos	2.700.000,00
14170 - Modernização de Cavaletes de Medição	750.000,00
14731 - Revitalização do açude das Milhãs e construção de adutora no açude Taquara no município de Pacujá	20.000,00

Programa

351 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA

Entrega / Ação	VALOR 2026
1984 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA IMPLANTADO	191.341.189,00
10610 - Implantação do Serviço de Abastecimento de Água.	15.127.423,00
10997 - Implantação do Serviço de Abastecimento de Água.	120.527.096,00
11039 - Implantação do Sistema de Abastecimento de Água em Comunidades de Baixa Renda - FESB.	1.000.000,00
11569 - Implantação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades Turísticas (PROSATUR).	54.621.670,00
14436 - Ampliação do sistema de abastecimento de água no município de Maranguape.	35.000,00
14482 - Construção de sistema de abastecimento de água no município de Morada Nova.	30.000,00

Programa

352 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL

Entrega / Ação	VALOR 2026
1984 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA IMPLANTADO	206.706.446,00
10006 - Suporte a Proteção e Conservação de Fontes Hídricas - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).	2.339.694,00
10623 - Implantação de Sistema de Abastecimento de Água - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).	41.308.100,00
10634 - Implantação de Sistema de Abastecimento de Água.	31.159.701,00
11515 - Implantação do Serviço de Abastecimento de Água - Projeto de Integração do São Francisco.	25.503.343,00
11517 - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água - FESB.	40.700.000,00
11592 - Construção de Sistema de Abastecimento de Água para Expansão da Capacidade de Transferência Hídrica.	600.000,00
11657 - Implantação do Serviço de Abastecimento de Água (Águas do Sertão - Comp. I).	57.045.608,00
11796 - Implantação do Serviço de Abastecimento de água.	8.000.000,00
14404 - Implantação de rede de abastecimento de água situadas às margens da CE-356	50.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2026
2019 - UNIDADE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO IMPLANTADO	20.028.761,00
10046 - Implantação de Módulo Sanitário - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).	19.993.761,00
14451 - Implantação de esgotamento sanitário na zona rural do município de Morada Nova.	35.000,00

Programa

420 - GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA

Entrega / Ação	VALOR 2026
2251 - UNIDADE DE ATENDIMENTO IMPLANTADA	1.230.000,00
12313 - Implantação de Unidades de Atendimento ao Cidadão em Áreas de Vulnerabilidade com a Oferta de Serviços Públicos (PreVio - COMP. I)	1.230.000,00

Nota 1: Os valores acima destacados podem sofrer alterações por ocasião da abertura de crédito adicional.

Nota 2: Entregas do Anexo de Metas e Prioridades provenientes do PPA. Ações provenientes da Lei Orçamentária Anual.

LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2026

METAS FISCAIS



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

ORÇAMENTO ANUAL 2026 - FISCAL E SEGURIDADE - LEI

Demonstrativo dos Ajustes nas Metas Fiscais da LDO 2026 (Art. 3º, §1º, Lei 19.382, de 14/07/2025)

Compatibilidade entre os Orçamentos e as Metas Fiscais (Art. 5º, Inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000)

RECEITAS PRIMÁRIAS	LDO 2026	LOA 2026
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	41.002.458	42.417.127
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	19.048.745	19.461.678
ICMS	13.801.535	13.937.881
IPVA	927.233	927.616
ITCD	155.115	155.115
IRRF	2.913.870	3.128.467
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.250.993	1.312.599
Contribuições	849.620	849.660
Receita Patrimonial	1.026.634	829.636
Aplicações Financeiras (II)	922.610	763.933
Outras Receitas Patrimoniais	104.023	65.703
Transferências Correntes	18.233.214	18.987.074
Cota-Parte do FPE	11.954.328	12.556.898
Transferências da LC 61/1989	40.977	29.317
Transferências do FUNDEB	3.672.319	4.152.000
Outras Transferências Correntes	2.565.589	2.248.859
Demais Receitas Correntes	1.844.245	2.289.080
Outras Receitas Financeiras (III)	133.549	199.649
Receitas Correntes Restantes	1.710.696	2.089.431
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	39.946.299	41.453.545
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	4.138.921	3.993.881
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	102.701	64.113
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	2.537.563	4.386.338
Operações de Crédito (VIII)	2.124.243	3.217.125
Amortização de Empréstimos (IX)	58.471	45.000
Alienação de Bens	0	20.120
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens		20.120
Transferências de Capital	354.848	1.104.093
Convênios	238.590	1.083.522
Outras Transferências de Capital	116.259	20.571
Outras Receitas de Capital	0	0
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	354.848	1.124.213
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	-	-
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	44.440.068	46.571.640
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	40.301.147	42.577.758

Obs. 1: - Em conformidade com o art. 3º, § 1º da LDO 2026, as metas fiscais poderão ser reajustadas pela Lei Orçamentária Anual. O principal ajuste na receita da LOA refere-se à:

* Operações de Crédito: Incremento em torno de R\$ 1,1 bilhão, em relação à LDO de 2026, decorrente principalmente dos recursos destinados ao pagamento da amortização da dívida e à duplicação do Eixão das Águas, a ser realizada com recursos do BNDES;

* Transferências de Capital: Incremento de R\$ 749,2 milhões em relação à LDO 2026, decorrente principalmente dos recursos oriundos de convênios federais previstos, destacando-se: R\$ 350,4 milhões para a Linha Leste e R\$ 228,9 milhões de recursos para o Serviço de Abastecimento de Água.

DESPESAS PRIMÁRIAS	LDO 2026	LOA 2026
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	38.223.037	39.698.683
Pessoal e Encargos Sociais	20.450.236	21.932.882
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.255.757	1.124.312
Outras Despesas Correntes	16.517.044	16.641.488
Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Demais Despesas Correntes	16.517.044	16.641.488
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	36.967.280	38.574.370
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI) ⁽¹⁾	3.542.344	4.056.395
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	6.349.725	7.079.782
Investimentos	4.386.676	4.656.853
Inversões Financeiras	167.620	411.184
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	92.369	62.180
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	-	-
Demais Inversões Financeiras	75.251	349.004
Amortização da Dívida (XXVII)	1.795.429	2.011.745
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	4.461.927	5.005.857
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	-	25.000
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	-	1.600
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	44.971.551	47.663.222
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	41.429.207	43.605.228

Obs. 2 - Pelo lado das despesas, as principais modificações se referem à:

* Pessoal e Encargos Sociais: a elevação na ordem de R\$ 1,48 bilhão, em função, principalmente, das melhorias concedidas a Outros Poderes, do impacto de novos concursos e melhorias ao Poder Executivo não previstos na LDO, bem como da atualização de despesas implantadas ainda em 2025.

*Inversões Financeiras: a elevação da ordem de R\$ 273, 7 milhões, em função, principalmente, do aporte de capital a ser realizado na CAGECE com recursos provenientes de operações de crédito do BNDES.

RESTOS A PAGAR PAGOS (XXXIV)	1.210.639	1.310.753
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVI - (XXXII + XXXIV)]	-1.742.122	-2.402.336
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVI) = [XVII - (XXXIII + XXXIV)]	-2.338.700	-2.338.223

⁽¹⁾ Além dos recursos próprios do RPPS previstos nos GNDs 31,33 e 44, as DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI) contemplam também recursos próprios da Reserva do RPPS no valor de R\$ 309.403.005,00 na coluna LOA 2026.

RESULTADO NOMINAL - LOA 2026	2025 (a)	2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	22.932.350	24.970.317
DEDUÇÕES (II)	7.056.287	4.901.862
Disponibilidade de Caixa	6.507.465	4.250.186
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.702.944	5.401.091
(-) Restos a Pagar Processados (III)	220.975	194.396
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	974.504	956.509
Demais Haveres Financeiros	548.823	651.677
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (IV) = (I - II)	15.876.063	20.068.455
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (V) = (IVa - IVb)	-	4.192.392
META FISCAL LDO 2026 PARA O RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha	-	4.192.392



LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2026

RENÚNCIA DE RECEITAS E MARGEM PARA EXPANSÃO DA DESPESA



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
ORÇAMENTO ANUAL 2026
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DA RECEITA	Compensação (1)
			2026	
ICMS	Outros Benefícios	Fundo de Desenvolvimento Industrial - Lei 10.367/79	3.558.049.754	
	Modificação da base de cálculo	Regimes Especiais - Lei 14.237/2008 - Comércio	2.506.917.092	
SUBTOTAL			6.064.966.846	
IPVA	Isenção e Redução de Alíquota	Proprietários de veículos automotores	180.463.063	
ITCD	Isenção	Isenção 7000 UFIRCE, conforme alínea a inciso I da Lei N.º 15.812/2015	17.453.436	
TOTAL			6.262.883.345	

FONTE: SEFAZ

(1): Sem compensação, visto que as receitas de Impostos e Taxas previstas para 2026 estão líquidas da Renúncia de Receita estimada neste Anexo, conforme detalhamento abaixo:

Demonstrativo	Valor	Observações
Receita Bruta de ICMS Principal, IPVA Principal e ITCD Principal	31.137.548.228	Valor Bruto sem a Renúncia de Receita
(-) Renúncia - ICMS, IPVA e ITCD	6.262.883.345	Observado no Demonstrativo de Renúncia de Receita - LOA 2026
(-) Transferência a Municípios - Receita ICMS e IPVA	6.709.718.495	Compõe o total das Transferências a Municípios referentes aos ICMS Principal e IPVA Principal
(-) Fundeb - Receita ICMS, IPVA e ITCD	3.632.989.277	Compõe o total das Transferências ao FUNDEB referente aos tributos ICMS Principal, IPVA Principal e ITCD Principal
(=) Receita de ICMS, IPVA e ITCD	14.531.957.111	Valor Líquido disponível de ICMS Principal, IPVA Principal e ITCD Principal utilizado na LOA 2026



Fundo de Desenvolvimento Industrial - Lei 10.367/79

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

REGIÕES	2026
REGIÃO GRANDE FORTALEZA	2.747.015.215
REGIÃO SERTÃO DE SOBRAL	248.106.069
REGIÃO VALE DO JAGUARIBE	171.501.188
REGIÃO DO CARIRI	198.718.462
REGIÃO SERTÃO CENTRAL	67.611.526
REGIÃO LITORAL OESTE VALE DO CURU	30.959.187
REGIÃO LITORAL LESTE	28.921.377
REGIÃO SERTÃO DOS CRATEUS	34.353.279
REGIÃO CENTRO SUL	15.381.304
REGIÃO SERRA DA IBIAPABA	6.454.170
REGIÃO LITORAL NORTE	5.267.651
REGIÃO SERTÃO DE CANINDE	2.099.244
REGIÃO SERTÃO DOS INHAMUNS	377.781
REGIÃO MACIÇO DO BATURITE	1.283.300
Total Geral	3.558.049.754

Fonte: Secretaria da Fazenda

Nota: Lei Complementar n. 154, de 20 de outubro de 2015 - Define as Regiões do Estado do Ceará para fins de planejamento.

Regimes Especiais - Lei 14.237/2008 -
Comércio

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

REGIÕES	2026
REGIÃO GRANDE FORTALEZA	2.275.109.082
REGIÃO SERTÃO DE SOBRAL	91.948.520
REGIÃO VALE DO JAGUARIBE	53.406.243
REGIÃO DO CARIRI	20.459.822
REGIÃO SERTÃO CENTRAL	19.021.295
REGIÃO LITORAL OESTE VALE DO CURU	15.587.155
REGIÃO LITORAL LESTE	14.952.259
REGIÃO SERTÃO DOS CRATEUS	10.547.225
REGIÃO CENTRO SUL	2.384.294
REGIÃO SERRA DA IBIAPABA	1.097.534
REGIÃO LITORAL NORTE	900.952
REGIÃO SERTÃO DE CANINDE	586.765
REGIÃO SERTÃO DOS INHAMUNS	559.474
REGIÃO MACIÇO DO BATURITE	356.473
Total Geral	2.506.917.092

Fonte: Secretaria da Fazenda

Nota: Lei Complementar n. 154, de 20 de outubro de 2015 - Define as Regiões do Estado do Ceará para fins de planejamento.

IPVA - Isenção -

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

REGIÕES	2026
REGIÃO GRANDE FORTALEZA	112.513.057
REGIÃO SERTÃO DE SOBRAL	6.894.561
REGIÃO VALE DO JAGUARIBE	8.261.565
REGIÃO DO CARIRI	13.691.655
REGIÃO SERTÃO CENTRAL	5.156.008
REGIÃO LITORAL OESTE VALE DO CURU	4.649.264
REGIÃO LITORAL LESTE	3.071.904
REGIÃO SERTÃO DOS CRATEUS	5.060.493
REGIÃO CENTRO SUL	4.672.726
REGIÃO SERRA DA IBIAPABA	4.840.093
REGIÃO LITORAL NORTE	4.998.345
REGIÃO SERTÃO DE CANINDE	2.376.196
REGIÃO SERTÃO DOS INHAMUNS	1.714.507
REGIÃO MACIÇO DO BATURITE	2.562.688
Total geral	180.463.063

Fonte: Secretaria da Fazenda

Nota: Lei Complementar n. 154, de 20 de outubro de 2015 - Define as Regiões do Estado do Ceará para fins de planejamento

ITCD - Isenção -

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

REGIÕES	2026
REGIÃO GRANDE FORTALEZA	14.459.671
REGIÃO SERTÃO DE SOBRAL	554.659
REGIÃO VALE DO JAGUARIBE	205.100
REGIÃO DO CARIRI	892.715
REGIÃO SERTÃO CENTRAL	167.144
REGIÃO LITORAL OESTE VALE DO CURU	78.251
REGIÃO LITORAL LESTE	153.885
REGIÃO SERTÃO DOS CRATEUS	175.384
REGIÃO CENTRO SUL	253.229
REGIÃO SERRA DA IBIAPABA	224.899
REGIÃO LITORAL NORTE	117.757
REGIÃO SERTÃO DE CANINDE	41.650
REGIÃO SERTÃO DOS INHAMUNS	80.522
REGIÃO MACIÇO DO BATURITE	48.570
Total geral	17.453.436

Fonte: Secretaria da Fazenda

Nota: Lei Complementar n. 154, de 20 de outubro de 2015 - Define as Regiões do Estado do Ceará para fins de planejamento

Benefícios Regionalizados Consolidados

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

REGIÕES	2025
REGIÃO GRANDE FORTALEZA	5.149.097.025
REGIÃO SERTÃO DE SOBRAL	347.503.809
REGIÃO VALE DO JAGUARIBE	233.374.096
REGIÃO DO CARIRI	233.762.655
REGIÃO SERTÃO CENTRAL	91.955.972
REGIÃO LITORAL OESTE VALE DO CURU	51.273.857
REGIÃO LITORAL LESTE	47.099.426
REGIÃO SERTÃO DOS CRATEUS	50.136.381
REGIÃO CENTRO SUL	22.691.553
REGIÃO SERRA DA IBIAPABA	12.616.695
REGIÃO LITORAL NORTE	11.284.705
REGIÃO SERTÃO DE CANINDE	5.103.856
REGIÃO SERTÃO DOS INHAMUNS	2.732.284
REGIÃO MACIÇO DO BATURITE	4.251.031
Total geral	6.262.883.345

Fonte: Secretaria da Fazenda

Nota: Lei Complementar n. 154, de 20 de outubro de 2015 - Define as Regiões do Estado



Relativamente aos benefícios decorrentes dos programas do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, as renúncias de receitas foram projetadas para o exercício de 2026 a partir da aplicação de indicadores macroeconômicos (variação do índice de preços e crescimento econômico nacional) à base formada pelos benefícios utilizados no último exercício encerrado, obtidos a partir da escrituração fiscal, deduzidos os valores pagos como retorno do benefício, conforme previsto nas normas legais.

Foram levados em consideração os parâmetros estabelecidos no artigo 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que podem ser aplicados adequadamente em tal projeção. Isto porque os benefícios concedidos no âmbito do FDI consistem na aplicação de percentual previamente contratado, incidente sobre o valor do imposto de recolher (receita tributária). Desta forma, a variação da receita tributária impacta diretamente no valor da renúncia dessa receita.

Já em relação às isenções do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD), as renúncias de receitas foram projetadas para o exercício de 2026 a partir da aplicação de índices macroeconômicos (variação do índice de preços e crescimento econômico nacional) ao montante total arrecadado no último exercício encerrado.

Vale destacar que, em relação ao demonstrativo regionalizado dos benefícios fiscais concedidos através de Termos de Acordo o agrupamento dos municípios em regiões respeitou os critérios definidos pela Lei Complementar nº 154/2015. É importante destacar que os benefícios fiscais concedidos através de termos de acordo seguem parâmetros legais específicos propostos, inicialmente, pela lei 13.025 de 20/06/2000. Alguns parâmetros merecem destaque para a avaliação do demonstrativo regionalizado de benefícios fiscais.

O primeiro parâmetro é o necessário enquadramento do contribuinte como atacadista. A grande concentração do setor de atacado está localizada na região Grande Fortaleza. Por consequência, o quantitativo de benefícios fiscais se concentra nessa região, como uma relação probabilística. Para além disso, outro parâmetro do termo de acordo é o regime da substituição tributária. Isso significa que há uma antecipação do ICMS de toda a cadeia tributária logo na entrada da mercadoria no estabelecimento atacadista.

A concentração dos estabelecimentos atacadistas na região da Grande Fortaleza está alicerçada, dentre outras hipóteses, no grande mercado consumidor e no potencial logístico da região, sobretudo com o aporte estrutural formado pelo Complexo do Pecém.

Analisando o PIB de acordo com as quatorze macrorregiões de planejamento do Estado do Ceará, conforme indicadores econômicos fornecidos pelo IPECE, verifica-se uma forte concentração na Grande Fortaleza, que representa a maior região metropolitana do Ceará, apresentando, em 2019, 63,15% do PIB do Ceará. Esse dado se mantém para 2020, conforme Análise do PIB dos Municípios Cearenses promovida pelo IPECE em 2022. Inclusive, esse estudo aponta que, na indústria, os municípios de Fortaleza, Maracanaú e São Gonçalo do Amarante 21 (Grande Fortaleza) se mantiveram como os três principais para manufatura estadual, mantendo uma configuração observada desde 2017.

Com relação à segunda maior concentração de benefícios, Região do Cariri, a doutrina destaca que o ato da criação de uma Região Metropolitana no interior cearense representa o reconhecimento da importância do Cariri no âmbito estadual. Em termos econômicos, pode-se dizer que Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato são as principais cidades dessa Região, também denominados de centros secundários no Estado do Ceará, concentrando maior parte da população e dos melhores indicadores socioeconômicos regionais, haja vista que eles agregam economias de polo industrial, comercial e de serviços.

A fim de compreender o demonstrativo regionalizado dos benefícios fiscais, é importante avaliar os dados do emprego. O Diagnóstico Consolidado Desenvolvimento do Ceará, entre 1987 a 2017, desagregando o Ceará por região de planejamento, evidenciou a concentração dos serviços na Grande Fortaleza, que respondeu por 70,29% do emprego de serviços no Estado, em uma trajetória cujos valores oscilam em torno dos 70%.

Além do mais, o estudo constatou que as diferenças entre as regiões cearenses são tão relevantes, que o Cariri, segunda região na classificação estadual, respondeu por 8,12% do emprego estadual de serviços, em 2016, vindo em seguida o Sertão de Sobral, com 3,58%. As oito regiões com menor participação responderam, juntas, por 11,62% no emprego do setor no Ceará, o que dá uma média de 1,45% para cada uma delas.

Em resumo, a trajetória do emprego nos serviços, acompanha a da economia cearense como um todo, elevando-se sua participação na Grande Fortaleza e no Cariri. Por sua vez, essa trajetória segue os mesmos parâmetros do PIB, da economia e dos benefícios fiscais concedidos através de termos de acordo.





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
ORÇAMENTO ANUAL 2026 - LEI
MARGEM PARA EXPANSÃO DA DESPESA CONTINUADA

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso V		R\$ 1,00
EVENTO		Valor Previsto 2026
Aumento Permanente da Receita		611.335.983
(-) Transferências Constitucionais		152.833.996
(-) Transferências ao FUNDEB		91.700.397
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		366.801.590
Redução Permanente da Despesa (II)		-
Margem Bruta (III) = (I) + (II)		366.801.590
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		300.000.000
Novas DOCC		300.000.000
Novas DOCC geradas por PPP		
Margem Líquida de Expansão de DOCC V = (III - IV)		66.801.590

FONTE: SEPLAG, 15/09/2025, às 09h:00min

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu art. 17, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, sem que haja aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

Considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17, da LRF).

Desse modo, o Estado do Ceará estimou parcela do crescimento do ICMS em 2026 no valor aproximado de R\$ 611,3 milhões de reais para fazer face a novas despesas de caráter continuado.

Contudo, do valor projetado, deve ser deduzida a parcela destinada aos municípios, representando cerca de R\$ 152,8 milhões e o montante que irá compor o FUNDEB, no montante de R\$ 91,7 milhões aproximadamente.

Após realizadas as deduções, R\$ 300 milhões, aproximadamente, serão adicionados ao custeio decorrente da expansão do Hospital Universitário do Ceará com repercussão em 2026.

Por fim, R\$ 66,8 milhões, aproximadamente, é a margem líquida projetada de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado que poderão advir em decorrência de outros investimentos planejados pelo Estado para os anos subsequentes.

LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2026

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

**CEARÁ**
GOVERNO DO ESTADOSECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
ORÇAMENTO ANUAL 2026 - LEI

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Administração Direta, Autarquias, Fundos, Fundações e Estatais Dependentes (a preços correntes)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Ano				
	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES	41.740.690	44.030.460	50.436.587	49.987.077	56.819.883
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21.534.614	22.267.496	26.241.785	26.455.644	30.076.679
Receita de Contribuição	1.335.005	1.491.247	1.594.939	1.835.338	1.866.366
Receita Patrimonial	1.269.976	1.489.857	1.251.074	816.173	893.599
Receita de Serviços	391.015	486.803	671.638	609.728	759.501
Transferências Correntes	16.451.816	17.353.979	19.578.482	19.399.631	22.157.606
Outras Receitas Correntes / Agropecuária	758.264	941.078	1.098.669	870.562	1.066.133
Deduções - Receitas Correntes	(9.897.893)	(10.343.278)	(12.323.516)	(12.247.845)	(13.786.003)
RECEITAS DE CAPITAL	783.845	1.693.933	1.325.484	3.480.635	4.386.338
Operações de Crédito	593.505	1.319.242	947.952	2.446.261	3.217.125
Alienação de Bens	93	10.484	6.295	70.723	20.120
Amortização de Empréstimos	6.536	69.045	52.966	50.000	45.000
Transferências de Capital	183.712	295.162	318.271	913.651	1.104.093
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
Deduções - Receitas de Capital	-	-	(49)	-	-
TOTAL DA RECEITA	32.626.642	35.381.115	39.438.507	41.219.867	47.420.218
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA	2.316.208	2.007.926	2.708.928	3.089.056	3.441.241

Notas: 1. Balanço Geral do Estado - 2022 a 2024

2. SIOF - LOA 2025 e LOA2026

LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2026

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO





ESTADO DO CEARÁ
ORÇAMENTO ANUAL 2026 - LEI

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

Administração Direta, Autarquias, Fundos, Fundações e Estatais Dependentes (a preços correntes)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO					
	2022	2023	2024	2025	2026
DESPESAS CORRENTES	26.698.673	30.842.176	34.382.296	35.589.538	40.035.748
Pessoal e Encargos Sociais	15.149.089	18.091.406	19.147.612	20.685.601	23.229.679
Juros e Encargos da Dívida	855.326	1.198.322	1.255.737	1.022.586	1.124.312
Outras Despesas Correntes	10.694.258	11.552.449	13.978.948	13.881.351	15.681.757
DESPESAS DE CAPITAL	5.431.595	4.350.218	5.840.234	5.273.452	7.050.067
Investimentos	3.835.032	2.733.904	3.891.588	3.545.776	4.627.138
Inversões Financeiras	155.870	120.017	151.952	141.044	411.184
Amortização Financeira	1.440.693	1.496.297	1.796.694	1.586.633	2.011.745
RESERVA DE CONTINGÊNCIA				356.876	334.403
TOTAL DA DESPESA	32.130.268	35.192.394	40.222.530	41.219.867	47.420.218
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.461.685	2.231.246	3.092.816	3.089.056	3.441.241

Fonte: 1. Balanço Geral do Estado - 2022 a 2024

2. SIOF - LOA 2025 e LOA 2026

LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2026

DEMONSTRATIVO
LEGISLAÇÃO DAS RECEITAS**CEARÁ**
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

ORÇAMENTO ANUAL 2026 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1112510101	500	IPVA - Principal	Constituição Federal de 1988 (art.155, III);
1112510201	500	IPVA - Multas e Juros de Mora	Lei nº 12.023/1992 - Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);
1112510301	500	IPVA - Dívida Ativa	Lei nº 12.397/1994 - Altera dispositivos da Lei nº 12.023, de 20 de novembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e dá outras providências;
1112510401	500	IPVA - Dívida Ativa - Multa e Juros de Mora	Lei nº 12.659/1996 - Altera dispositivos da Lei nº 12.023, de 20 de novembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
			Lei nº 13.274/2002 - Altera a alíquota do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
			Lei nº 13.386/2003 - Dispõe sobre a redução de multas e juros relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), e dá outras providências.
			Lei nº 13.414/2003 - Altera dispositivos da Lei nº 12.023, de 20 de novembro de 1992, que dispõe acerca do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
			Lei nº 14.559/2009 - Altera dispositivos da Lei nº12.023, de 20 de novembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
			Lei nº 15.193/2012 - Altera dispositivos da Lei nº12.023, de 20 de novembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
			Lei nº 15.893/2015 - Altera dispositivos da Lei nº12.023, de 20 de novembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
			Lei nº 16.735/2018 - Altera dispositivos da Lei nº12.023, de 20 de novembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
			Lei nº 17.352/2020 - Altera dispositivos da Lei nº12.023, de 20 de novembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
			Lei nº 17.362/2020 - Altera dispositivos da Lei nº12.023, de 20 de novembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1112520101	500	ITCD - Principal	Constituição Federal de 1988 (art.155, I); Lei nº 11.527/1988 - Institui o Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação, de quaisquer bens ou direitos, e dá outras providências; Lei nº 13.417/2003 - Dispõe acerca do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de quaisquer bens ou direitos - ITCD, e dá outras providências. Lei nº 14.447/2009 - Altera dispositivos da Lei nº 13.417, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe acerca do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de quaisquer bens e direitos ; ITCD Lei nº 15.812/2015 - Dispõe acerca do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCD); Lei nº 16.904/2019 - Altera a Lei nº 15.812/2015; Lei nº 17.193/2020 - Altera a Lei nº 15.812/2015; Decreto nº 32.082/2016 - Regulamenta a Lei nº 15.812, de 20 de julho de 2015, que dispõe acerca do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCD); Decreto nº 34.296, de 07 de outubro de 2021 - Altera o Decreto nº 32.082, de 11 de novembro de 2016.
1112520201	500	ITCD - Multas e Juros de Mora	
1112520301	500	ITCD - Dívida Ativa	
1112520401	500	ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora	
1113031101	500	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	Constituição Federal de 1988 (art.157, I); Lei Federal nº 5.172/1966 - Institui o Código Tributário Nacional (art. 43 a 45); Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003 - Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências; Lei nº 11.525 - Institui o Adicional do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza; Lei nº 7713/1988 - Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências; Lei nº 7959/1989 - Altera a legislação do Imposto de Renda, e dá outras providências; Lei nº 7975/1989 - Altera a legislação do Imposto de Renda, e dá outras providências; Lei nº 8134/1990 - Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências; Lei nº 8541/1992 - Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências; Lei nº 8848/1994 - Altera a legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e dá outras providências.
1113034101	500	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	



Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1114501101	500	ICMS Combustível	Constituição Federal (art. 155, II); Lei Complementar nº 87/1996 - Dispõe sobre o Imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação e dá outras providências; Lei nº 12.670/1996 - Dispõe acerca do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e dá outras providências; Lei nº 12.770/1997 - Dá nova redação a dispositivo da Lei nº 12.670, de 27 de dezembro de 1996, que estabelece as alíquotas do ICMS nas operações internas. Lei nº 12.871/1998 - Altera o Artigo 44 da Lei nº 12.670, de 27 de dezembro de 1996, com nova redação dada pela Lei nº 12.770 de 24 de dezembro de 1997, que trata das alíquotas do ICMS. Lei nº 12.945/1999 - Altera dispositivos da Lei nº 12.670, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe acerca do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Lei nº 13.076/2000 - Modifica a Lei nº 12.670, de 27 de dezembro de 1996, com suas alterações posteriores, que dispõe acerca do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Lei nº 13.082/2000 - Altera dispositivos da Lei nº 12.670, de 31 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, e dá outras providências. Lei nº 16.177/2016 - Altera dispositivos da Lei nº 12.670, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe acerca do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), da Lei nº 13.025, de 20 de junho de 2000, que altera a base de cálculo do ICMS e dá outras providências, da Lei nº 14.237, de 10 de novembro de 2008, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações realizadas por contribuintes do ICMS; Medida Provisória nº 683/2015 - Institui o Fundo de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura e o Fundo de Auxílio à Convergência das Alíquotas do ICMS, com a finalidade de facilitar o comércio interestadual e estimular o investimento produtivo e o desenvolvimento regional; Decreto nº 24.569/1997 - Consolida e regulamenta a legislação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e dá outras providências; Decreto nº 33.327/2019 - Consolida e Regulamenta a legislação do Imposto
1114501102	500	ICMS Comércio Atacadista	
1114501103	500	ICMS Comércio Varejista	
1114501104	500	ICMS Comunicação	
1114501106	500	ICMS Energia Elétrica	
1114501112	500	ICMS Transporte	
1114501202	500	Multas e Juros de Mora - ICMS Comércio Atacadista	
1114501203	500	Multas e Juros de Mora - ICMS Varejista	
1114501204	500	Multas e Juros de Mora - ICMS Comunicação	
1114501206	500	Multas e Juros de Mora - ICMS Energia Elétrica	
1114501207	500	Multas e Juros de Mora - ICMS Indústria	
1114501212	500	Multas e Juros de Mora - ICMS Transporte	
1114501222	500	Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Atacadista	
1114501223	500	Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Varejista	
1114501227	500	Multas e Juros de Penalidade - ICMS Indústria	
1114501230	500	Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	
1114501232	500	Multas e Juros de Penalidade - ICMS Transporte	
1114501302	500	Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	
1114501303	500	Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	
1114501307	500	Dívida Ativa - ICMS Indústria	
1114501312	500	Dívida Ativa - ICMS Transporte	
1114501402	500	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	
1114501403	500	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	
1114501407	500	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Indústria	
1114501412	500	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Transporte	
1114501422	500	Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	
1114501423	500	Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	
1114501427	500	Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Indústria	

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
			sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências; Decreto nº 34.605/2022 - Consolida e regulamenta as disposições dos capítulos X a XIV da lei nº 12.670, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), e dá outras providências; Lei Complementar nº 194/2022 - Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nºs 192, de 11 de março de 2022, e 159, de 19 de maio de 2017. Lei nº 18.665/2023 - Dispõe acerca do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ICMS, e altera a lei nº14.455, de 2 de setembro de 2009.





Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1114502101	761	Adicional ICMS - FECOP - Principal	Constituição Federal de 1988 (arts. 79 a 83 - ADCT); Emenda Constitucional Federal nº 31/2000 - Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; Lei Complementar Estadual nº 37/2003 - Institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 31, de 14 de dezembro de 2000, cria o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social, Extingue os fundos que indica e dá outras providências; Emenda Constitucional Federal nº 67/2010 - Prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; Lei Complementar Estadual nº 63, de 04 de setembro de 2007 - Altera a Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003; Lei Complementar Estadual nº 76, de 21 de maio de 2009 - Altera a Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003; Lei Complementar Estadual nº 89/2010 - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) e dá outras providências; Lei Complementar Estadual nº 126/2013 - Acrescenta o §5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP); Lei Complementar Estadual nº 148/2014 - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 31, de 14 de dezembro de 2000; Cria o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social; Extingue os fundos que indica; Lei Complementar Estadual nº 152/2015 - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP); Lei Complementar Estadual nº 161, de 23 de março de 2016 - Altera a Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003; Lei Complementar Estadual nº 166, de 14 de dezembro de 2016 - Altera a Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003; Lei Complementar Estadual nº 195, de 06 de maio de 2019 - Altera a Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003; Lei Complementar Estadual nº 204, de 30 de agosto de 2019 - Altera dispositivo da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003; Lei Complementar Estadual nº 217, de 07 de maio de 2020 - Altera a Lei Complementar nº 37 de 26 de novembro de 2003; Lei Complementar Estadual nº 246/2021 - Altera a Lei complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003. Lei Complementar Estadual nº 287/2022 - Revoga as alíneas F, G e H do inciso I do caput e o § 5º, todos do Art. 2º da Lei Complementar

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
			Estadual Nº 37, DE 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza e a FECOP. Lei Ordinária Estadual nº 14.859, de 28 de dezembro de 2010 e Estabelece o conceito de pobreza para os fins que indica; Decreto nº 29.910/2009 - Regulamenta a Lei Complementar Estadual, nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza e dá outras providências; Decreto nº 31.860/2015 - Altera o Decreto nº 27.317, de 29 de dezembro de 2003, que estabelece procedimentos relativos ao cálculo e recolhimento do adicional do ICMS, destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP); Decreto nº 31.894 - Estabelece procedimentos relativos ao cálculo e recolhimento do adicional do ICMS, destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP); Decreto Estadual nº 33.256, de 28 de agosto de 2019 e Altera o Decreto nº 29.910, de 29 de setembro de 2009.
1121010101	753	Taxa de Regulação do Serviço de Saneamento Básico	Lei nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997 - Institui a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE e dá outras providências; Lei nº 12.820, de 26.06.98 - Altera a redação de artigos da Lei nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997, e dá outras providências; Lei nº 13.321, de 07 de julho de 2003 - Altera a Lei nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997 que institui a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE e dá outras providências; Lei nº 15.259, de 28 de dezembro de 2012 - Altera dispositivos da Lei nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997; Lei nº 15.465, de 22 de novembro de 2013 - Altera dispositivos da Lei nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997; Lei nº 16.960, de 27 de agosto de 2019 - Altera a Lei nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997 e a Lei nº 15.368, de 13 de junho de 2013; Lei nº 15.838, de 27.07.15 - Dispõe sobre a taxa de fiscalização e prestação de serviço público. Lei nº 15.867 de 20.10.15 - Altera dispositivo da lei nº 15.838, de 27 de julho de 2015, que dispõe sobre a taxa de fiscalização e prestação de serviço público.
1121010117	753	Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário	
1122010102	753	Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	
1122010106	501	Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	
1321050101	501	Juros e Títulos de Renda	
1331010101	501	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	
1611010152	501	Serviço de Gestão Descentralizada de Energia Elétrica	
1911010104	501	Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	
1999991124	501	Receita de Honorários de Advogados	

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1121010130 1121500101 1122010109 1122010124 1122010199 1321050101 1911010101	501 501 501 501 501 501 501	Taxa de Transporte Animal e Vegetal Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária Taxas de Serviços Cadastrais Taxa de Concessão de Licenças Outras Taxas pela Prestação de Serviços Juros e Títulos de Renda Multas Previstas na Legislação Sanitária	Exerce o poder de direção, regulação e fiscalização sobre as atividades agropecuárias, nos termos da Lei nº 13.496, de 02/07/2004, Lei nº 14.144, de 25/06/2008, Lei nº 14.145, de 25/06/2008 e demais normas regulamentares e consensuais pertinentes - ADAGRI
1121040101 1121040103 1321050101	753 753 753	Taxa Ambientais Taxa de Licenciamento Ambiental Juros e Títulos de Renda	Lei SNUC nº 9.985/2001 - Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências; Decreto SNUC nº 4.340/2002 - Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências; Resolução CONAMA nº 371/2006 - Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências; Lei SEUC nº 14.950/2011 - Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Ceará - SEUC e dá outras providências; Decreto SEUC nº 30.880/2012 - Regulamenta os arts. 3º e 19º da Lei nº 14.950, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Ceará - SEUC e dá outras providências; Portaria CECA nº 366/2012 - Cria a Câmara Estadual de Compensação Ambiental no âmbito do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM e da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE; Resolução Coema nº 11/2014 - Cria no âmbito do Estado do Ceará a metodologia de cálculo do grau de impacto ambiental para fixação do percentual de valorização da compensação ambiental; Decreto Nº 32.310/2017 - Altera o Decreto Estadual nº 30.880, de 16 de abril de 2012, que regulamenta os arts. 3º e 19º da Lei nº 14.950, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Ceará - SEUC e dá outras providências; Regimento Interno da Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA DOE/2018.
1122010106 1611010160 1911010103	501 501 752	Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte Serviço pelo Uso da Estrutura Arrecadatória Multas Previstas na Legislação de Trânsito	Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (Art. 320)

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1122010111	599	Taxa de Serviços Educacionais	Decreto nº 18.136, de 16 de setembro de 1986 que aprova o Estatuto da Universidade Regional do Cariri - URCA
1122010111	599	Taxa de Serviços Educacionais	Decreto nº 27.828, de 04/07/2005, que dispõe sobre a aprovação do Estatuto da Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA
1611010154	599	Fornecimento de Refeições	
1611030104	599	Serviços de Expedição de Certificados	
1122010111	759	Taxa de Serviços Educacionais	Lei Complementar nº 47, de 16 de julho de 2004 que institui o Fundo de Defesa Social do Estado do Ceará - FDS, Cria o Conselho de Defesa Social do Estado do Ceará, e dá outras providências.
1122010120	759	Taxa pela Emissão de Documentos	
1719990105	713	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	Lei Complementar nº191, 13 de janeiro de 2019 que altera a Lei Complementar Nº47, De 16 de Julho De 2004, e Cria O Fundo de Segurança Pública e Defesa Social do Estado Do Ceará.
2419500104	713	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	
1122010123	501	Editorial e Gráfica	Constituição Federal (art.145, inc.II e art. 236); Lei nº 15.838/2015 - Dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Prestação de Serviço Público, e dá outras providências; Lei nº 15.867, DE 20.10.15 - Altera dispositivo da lei nº 15.838, de 27 de julho de 2015, que dispõe sobre a taxa de fiscalização e prestação de serviço público. Decreto nº31.859/2015 - Regulamenta a Lei nº 15.838, de 27 de julho de 2015, que dispõe sobre as Taxas de Fiscalização e Prestação de Serviços Públicos.
1122010125	659	Taxa de Serviços Hemoterápicos	Lei nº 12.192, de 25.10.93 - Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Saúde - FUNDES e dá outras providências.



Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1122010137	759	Venda de Selos de Autenticidade	Lei nº 14.605/2010 - Dispõe sobre o fundo de reaparelhamento e modernização do poder judiciário FERMOJU, e dá outras providências.
1122010198	759	Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	
1122020101	759	Emolumentos e Custas Judiciais	
1311011101	759	Aluguéis	
1321011126	759	Remuneração de Depósitos Bancários - Selos de Autenticidade	
1321050101	759	Juros e Títulos de Renda	
1611010107	759	Outros Serviços de Comunicação	
1611010116		Serviços Educacionais	
1611010199	759	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	
1911010305	759	Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	
1911080101	759	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	
1921990199	759	Outras Indenizações	
1922990199	759	Outras Restituições	
1999991198	759	Outras Receitas Eventuais	
1999993103	759	Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	
1999993108	759	Spread sobre Rendimentos de Depósitos Judiciais	
1999993110	759	Spread sobre Rendimentos de Fianças Criminais	
2213010101	756	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	
1122010198	759	Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	Lei Nº 15.912, de 11 de dezembro de 2015 - Institui o Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Ministério Público do Estado do Ceará; Lei Nº 16.131, de 01 de novembro de 2016 - Destina parte da arrecadação dos emolumentos e custas judiciais e extrajudiciais ao FRMMP/CE.
1122020101	759	Emolumentos e Custas Judiciais	
1911090101	759	Multas e Juros Previstos em Contratos	
1122020101	759	Emolumentos e Custas Judiciais	Lei nº 13.180, de 26 de dezembro de 2001 - Dispõe sobre a criação do Fundo de Apoio e Aparentamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADEP e dá outras providências
1321050101	759	Juros e Títulos de Renda	
1999122101	759	Ônus de Sucumbência	
1122020101	759	Emolumentos e Custas Judiciais	Lei nº15.145, de 04 de maio de 2012 - Cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG e dá outras providências
1311011101	759	Aluguéis	
1321050101	759	Juros e Títulos de Renda	
1999993103	759	Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	
1122020101	759	Emolumentos e Custas Judiciais	Lei Estadual nº 16.273, de 20/06/2017 - Institui o Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça - FECDOJ.
1321050101	759	Juros e Títulos de Renda	

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1215011101	801	Contribuição do Servidor Ativo Assembleia	Lei Complementar nº 167/201: Altera dispositivos do art. 5º da Lei Complementar nº 12, de 23 de Junho de 1999, com a redação conferida pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de Janeiro de 2016. ; Lei Complementar nº 159/2016: Altera as Leis Complementares nº 12, de 23 de junho de 1999, nº 21, de 29 de junho de 2000, nº 38, de 31 de dezembro de 2003, e nºs 92 e 93, de 25 de janeiro de 2011, e a Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974.; Lei Complementar nº 12/1999: Dispõe sobre a instituição do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará - SUPSEC e da respectiva contribuição previdenciária, extingue os benefícios os benefícios previdenciários e de montepio que indica e dá outras providências. Lei Complementar N.º 123, de 16.09.13 - Dispõe sobre o equacionamento do déficit atuarial do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos agentes públicos e dos membros de poder do Estado do Ceará SUPSEC, e institui o Regime de Previdência Complementar do Estado do Ceará..
1215011102	801	Contribuição do Servidor Ativo - TCE	
1215011103	801	Contribuição do Servidor Ativo - TJ	
1215011104	801	Contribuição do Servidor Ativo - PGJ	
1215011105	801	Contribuição do Servidor Ativo Civil Poder Executivo	
1215011106	801	Contribuição do Servidor Ativo - Defensoria Pública	
1215012105	801	Contribuição do Servidor Inativo Civil Poder Executivo	
1215013105	801	Contribuição dos Pensionistas Civis - Poder Executivo	
7215021106	801	Contribuição Patronal da Assembleia Legislativa	
7215021107	801	Contribuição Patronal do TCE	
7215021108	801	Contribuição Patronal do Tribunal de Justiça	
7215021109	801	Contribuição Patronal da Procuradoria Geral de Justiça	
7215021110	801	Contribuição Patronal do Poder Executivo Civil	
7215021111	801	Contribuição Patronal da Defensoria Pública	
1215521101	803	Contribuição para o SPSM do Militar Ativo	Lei Complementar nº 167/201: Altera dispositivos do art. 5º da Lei Complementar nº 12, de 23 de Junho de 1999, com a redação conferida pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de Janeiro de 2016. ; Lei Complementar nº 159/2016: Altera as Leis Complementares nº 12, de 23 de junho de 1999, nº 21, de 29 de junho de 2000, nº 38, de 31 de dezembro de 2003, e nºs 92 e 93, de 25 de janeiro de 2011, e a Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974.; Lei Complementar nº 12/1999: Dispõe sobre a instituição do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará - SUPSEC e da respectiva contribuição previdenciária, extingue os benefícios os benefícios previdenciários e de montepio que indica e dá outras providências. Lei Complementar N.º 123, de 16.09.13 - Dispõe sobre o equacionamento do déficit atuarial do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos agentes públicos e dos membros de poder do Estado do Ceará SUPSEC, e institui o Regime de Previdência Complementar do Estado do Ceará..
7215531101	803	Contribuição Patronal - Militar Ativo	
1311011101	501	Aluguéis	
1311990199	501	Outras Receitas Imobiliárias	
1321050101	501	Juros e Títulos de Renda	
1611010114	501	Outros Serviços Administrativos	
			Lei nº 9.557, de 14/12/71 - Instituição da Companhia de Habitação do Ceará.

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1311011101	759	Aluguéis	Lei Complementar Estadual nº 36, de 06/08/2003 - Institui o Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude (alterada pela Lei Complementar nº 42, de 28/05/04 e pela Lei Complementar nº 197, de 10/05/19), com estrutura organizacional e competências regulamentadas pelo Decreto Estadual nº 27.466 de 07/06/04) - FUNDEJ.
1339990101	759	Receita da Loteria Estadual	
1719990102	759	Transferências Oriundas da Lei Pelé	
1311021104	501	Permissão de Uso de Faixa de Domínio	Lei nº 16.880, de 22/05/19 que dispõe sobre a criação da Superintendência de Obras Públicas mediante a fusão do Departamento de Arquitetura e Engenharia e do Departamento Estadual de Rodovias (e alterações posteriores), regulamentada pelo Decreto nº 35.359, de 23/03/23.
1321011128	799	Remuneração de Depósitos Bancários - FDI	Lei Complementar nº 50, de 30/12/04 - Institui o Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará - FIT e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 280, de 18/03/22, regulamentada pelo Decreto nº 30.788 de 19/12/11;
1321050101	501	Juros e Títulos de Renda	
1999993102	799	Participação nos Encargos do FDI - Diferido	Lei Complementar nº 129, de 22/11/13 - Dispõe sobre o Fundo Inovação Tecnológica do Estado do Ceará - FIT, alterada pela Lei Complementar nº 145, de 24/11/14;
1321040101	804	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	Lei nº 10.367, de 07/12/79 - Cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI e dá outras providências (e alterações posteriores), regulamentada pelo Decreto nº 34.508 de 04/01/22 e alterações posteriores.
1641010199	804	Outros Serviços Financeiros	Lei Complementar nº 13, de 20.07.99 (DO 20.07.99) - Dispõe sobre a Instituição do Sistema de Previdência Parlamentar dos Deputados e Ex-deputados Estaduais do Ceará e adota outras providências;
1911010298	804	Outras Multas e Juros de Mora	Lei Complementar nº 32, de 30.12.02 (DO 31.12.02). - Altera dispositivos da LC 13/1999
1322019101	501	Dividendos	Lei nº 6.404, de 15/12/1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações.
1611010107	501	Outros Serviços de Comunicação	
1611040111	501	Serviços em Nuvem	Lei nº 13.006, 24/03/00 - Institui novo Modelo de Tecnologia da Informação para a Administração Pública Estadual, [...] e a resultante constituição de empresa pública denominada Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE, e dá outras providências.
1611040113	501	VOIP	Lei nº 18.539, de 30/10/23 - Dispõe Sobre Diretrizes Gerais e Altera o Objeto Social da Empresa de Tecnologia da Informação Do Ceará - ETICE, cujo estatuto social foi aprovado 24/06/25 em Assembleia Geral Ordinária realizada e publicado no Diário Oficial do Estado, Série 3 em 03/07/25.
1611010125		Equipamentos Turísticos - Centro de Eventos	Lei Complementar nº 158, de 14/01/16 - Cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Ceará (alterada pelas Leis Complementares nº 207, de 07/11/19 e nº 282, de 01/04/22), regulamentada pelo Decreto nº 34.310, de 20/10/2021.

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1611010154 1611020101	599 599	Fornecimento de Refeições Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	Lei nº 10.262, de 18/05/79 - Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE, alterada pela Lei nº 10.412, de 15/07/80.
1611010156	669	Venda de Produtos Consignáveis	Lei nº 10.606, de 03/12/1981 - Cria o Fundo Especial para o Desenvolvimento da Produção e Comercialização do Artesanato Cearense - FUNDART; repositada pela Lei Complementar nº 196, de 06/05/19 e regulamentada pelo Decreto nº 24.035, de 13/03/1996.
1611010167	501	Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	Lei nº 10.029, de 06/07/76, autoriza a criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE, regulamentada pelo Decreto nº 27.428, de 20/04/04
1611010170	501	Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destino Final de Esgotos	Lei nº 9.499, de 20/07/71 - Dispõe sobre a criação da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE - e dá outras providências, alterada pela Lei nº 15.348, de 02/05/13.
1611010177	501	Tarifa pelo Uso de Recursos Hídricos	Lei nº 11.380, de 15/12/87 - Cria a Superintendência de Obras Hidráulicas, define a sua estrutura básica e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto nº 19.012, de 18/12/87 e alterações posteriores.
1611010177	501	Tarifa pelo Uso de Recursos Hídricos	Lei nº 9.618, de 18/09/1972 - Dispõe sobre a criação da Funceme, sob a denominação Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas Artificiais, com personalidade jurídica de direito privado vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, cujas competências foram definidas pela Lei Estadual Nº 16.710, de 21/12/18.
1611010199	501	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	Lei nº 13.960, de 04/09/07 - Autoriza o Poder Executivo a constituir a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. ADECE, e alterações posteriores.
1611010199	501	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	Lei nº 12.010, de 05/10/92 - Autoriza a Constituição da Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS, e dá outras providências.
1611010199 1611020101	659 659	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	Lei nº 12.140, de 22/07/93 - Dispõe sobre a Criação de Escola de Saúde Pública do Ceará - ESP/CE e dá outras providências (e alterações posteriores), regulamentada pelo Decreto nº 31.129, de 21/02/13, com alterações posteriores.



Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1611030107	501	Serviços de Registro do Comércio	Decreto nº 6.384, de 30/11/76 - Organiza as Juntas e Inspetorias Comerciais e regula o exercício das respectivas funções, regulamentado pelo Decreto nº 6.636, de 26/07/77 (não foram revogados expressamente); Lei nº 8.934, de 18/11/94 - Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências (e alterações posteriores); Lei nº 9.781 de 29/11/73 - Dispões sobre a Autarização da Junta Comercial do Estado do Ceará, ficando vinculada tecnicamente e normativamente ao então Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC, e administrativamente ao Governo do Estado do Ceará. Lei nº 17.357, de 16/12/20 - Dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Funcional da Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC.
1611040103	501	Serviços Tecnológicos	Decreto nº 13.017, de 12/12/78 - Institui a Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará - NUTEC, cujas competências e personalidade jurídica foram alteradas pela Lei nº 17.002, de 27/09/19, regulamentado pelos Decretos nº 28.674, de 23/03/07 e nº 29.206, de 28/02/2008.
1621020102 2414540101	501 700	Serviços de Transporte Ferroviário Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	Lei nº 12.682, de 02/05/97 - Autoriza a criação da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR, e dá outras providências, alterada pela Lei nº 13.410, de 15/12/03. Lei nº 17.505, 25/05/21 - Autoriza a Concessão de Subsídio Tarifário no Serviço Público de Transporte de Passageiros Sobre Trilhos ou Guiados, Explorados pela Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR, regulamentada pelo Decreto nº 36.432 de 03/02/25.
1621030101	501	Serviços Portuários	Lei nº 12.536/95, de 22/12/95 - Dispõe sobre a constituição da Companhia de Integração Portuária do Ceará - CEARÁ PORTOS e dá outras providências, com denominação e estrutura modificadas pela Lei nº 16.372, de 11/10/17, alterada peça Lei nº 16.669, de 19/10/18.
1631990101	759	Contribuição Mensal - Saúde Suplementar	Lei nº 16.530, 02/04/18 - Dispõe sobre a reorganização do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará e do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Ceará, e alterações posteriores.

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1711500101	500	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	Constituição Federal (art. 159, I, alínea a e art. 34, § 2º itens I e II da ADCT); redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 20/12/23 Lei Complementar nº 62, de 28/12/89 - Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 143, de 17/07/13 Lei Federal nº 9.250, de 26/12/95 - Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências; Lei Complementar nº 91, de 22/12/97 - Dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios, e alterações posteriores. Decisão Normativa - TCU Nº 215, de 19/03/25 - Aprova, para o exercício de 2026, os coeficientes individuais de participação dos estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal (FPE).
1711530101	500	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados Estados Exportadores de Produtos Industrializados	Constituição Federal (art. 159, II e § 3º), redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 20/12/23; Lei Complementar nº 61, de 26/12/89 - Estabelece normas para a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, relativamente às exportações; Lei nº 8.016, de 08/04/90 - Dispõe sobre a entrega das quotas de participação dos Estados e do Distrito Federal na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o inciso II do art. 159 da Constituição Federal. Lei Complementar nº 65, de 15/04/91 - Define, na forma da alínea a do inciso X do art. 155 da Constituição, os produtos semi-elaborados que podem ser tributados pelos Estados e Distrito Federal, quando de sua exportação para o exterior;

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1711540101	750	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	Constituição Federal (art. 149, III e §4º; art. 76-A do ADCT), redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 20/12/23; Lei Federal nº 10.636, de 30/12/02 - Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, álcool etílico combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes (FNIT) e dá outras providências, e alterações posteriores; Decisão Normativa - TCU Nº 214, de 12/02/25 - Aprova, para o exercício de 2025, os percentuais individuais de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros nos recursos previstos no art. 159, inciso III e § 4º, da Constituição Federal (Cide-Combustíveis).
1712521101	704	Cota-parte Royalties Compensação Financeira pela Produção de Petróleo Lei nº 7.990/89	Constituição Federal (art. 20, §1º), redação dada pela Emenda Constitucional nº 102, de 26/09/19;
1712522101	704	Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	Decreto-Lei nº 343, de 28/12/67 - Altera a legislação do Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências, e alterações posteriores;
1712524101	704	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP	Lei nº 9.478, de 06/08/97 - Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, e alterações posteriores; Lei nº 7.990, de 28/12/89 - Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF), e alterações posteriores, regulamentada pelos Decretos nº 3.739, de 31/01/01 e nº 01, de 11/01/91.



FSC

www.fsc.org

MISTO

Papel produzido
a partir de fontes
responsáveis

FSC® C128031

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1713501110	600	Atenção Primária - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	Constituição Federal (art. 195, § 10º e 198, § 14 e 15), e redações posteriores;
1713502102	600	MAC TF - SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	Lei nº 8.142, de 28/12/90 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;
1713502106	600	MAC TF - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	
1713502114	600	MAC FAEC - Transplantes - Outros	
1713503199	600	V SAÚDE - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	Portaria nº 204, de 29/01/07 - Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.
1713504101	600	A FARM - Componente Básico da Assistência Farmacêutica	Portaria Interministerial nº 1, de 02/01/14 - Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
1713504103	600	A FARM - Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 2017 (Políticas Nacionais de Saúde do SUS) e Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 2017 (Financiamento e Transferência), e em atualizações posteriores.
1717500101	631	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS	Constituição Federal (art. 212 § 5º e 6º), nova redação pela Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/06;
2411512101	601	Transferências de Recursos do SUS - Atenção Especializada	Lei Federal nº 9.424, de 24/12/96 - Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, §7, do Ato das Disposições Transitórias e dá outras providências, e alterações posteriores;
2414500101	631	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde SUS	Lei Federal nº 9.766, de 18/12/98 - Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências, e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.003, de 28/12/06.
1714500101	550	Transferências do Salário-Educação	Decreto-Lei nº 1422, de 23/10/75 - Dispõe sobre o Salário Educação (não consta revogação expressa)
1714520101	552	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	Lei Federal nº 11.947, de 16/06/09 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro na Escola aos alunos da educação básica [...] e dá outras providências, e alterações posteriores; Resolução nº 06, de 08/05/20 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar e PNAE, e alterações posteriores.

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1714530101	553	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE	Lei Federal nº 10.880, de 09/06/04 - Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424 de 24.12.96 e dá outras providências, e alterações posteriores;
1714990101	569	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE	Resolução nº 18, de 22/10/21 - Estabelece diretrizes e orientações para o apoio técnico e financeiro na execução, no monitoramento e na fiscalização da gestão de veículos de transporte escolar, pelas redes públicas de educação básica dos Municípios, Estados e do Distrito Federal, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, e alterações posteriores.
1717990101	700	Outras Transferências de Convênios da União	Lei nº 13.019, de 31/07/14 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 14/12/15), regulamentada pelo Decreto nº 8.726, de 27/04/16, e alterações posteriores.
2414990101	700	Outras Transferências de Convênios da União	Lei Complementar nº 79, de 07/01/94 - Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências, e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto nº 1.093, de 23/03/94.
1719530101	712	Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	Lei Estadual nº 16.200, de 23/02/17 - Institui, no âmbito da Secretaria da Justiça e Cidadania, o Fundo Penitenciário do Estado do Ceará - FUNPEN/CE, nova redação pela Lei nº 17.610, de 06/08/21.
2419500102	712	Transferências do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	Lei Complementar nº 88, de 09/03/10, que cria o Fundo de Defesa Civil do Estado do Ceará - FDCC, regulamentada pelo Decreto nº 34.595, de 17/03/22.

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1751500101	540	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB	Constituição Federal (art. 212 e 212-A e art. 60 e 60-A do ADCT) - FUNDEB, redação pela Emenda Constitucional nº 108, de 26/08/20; Lei nº 14.113, de 25/12/20 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências; e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto nº 10.656, de 22/03/21; Resolução CIF Nº 15, de 12/06/25 - Aprova a metodologia de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão previstas no art. 14, § 1º, incisos I, IV e V, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, no exercício de 2025, para fins de distribuição dos recursos da complementação do Valor Anual por Aluno - VAAR no exercício de 2026. Resolução CIF nº 17, de 29/07/25 - Aprova as metodologias de aferição das condicionalidades II e III de melhoria de gestão e dos indicadores para fins de distribuição da complementação VAAR às redes públicas de ensino, e aprova o indicador para educação infantil da complementação VAAT, para vigência no exercício de 2026. Lei nº 18.240, de 18/11/22 - Dispõe sobre os critérios para o rateio dos recursos de precatórios do antigo FUNDEF, oriundos da ACO nº 683/STF, conforme previsto na lei estadual nº 17.924, de 10 de fevereiro de 2022, com alteração da lei estadual nº 18.213, de 10 de outubro de 2022, observados os termos e os destinatários previstos na lei federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, com redação dada pela lei federal nº 14.325, de 12 de abril de 2022.
1911040301	759	Receita da Dívida Ativa - Multas do DECON	Lei Complementar nº 46, de 15/07/04 - Cria o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará, o FDID, e o Conselho Estadual Gestor do Fundo, e dá outras providências, e alterações posteriores.
1911090101 1911090199		Multas e Juros Previstos em Contratos Outras Multas Contratuais	Lei nº 16.192, de 28/12/16 - Cria, no âmbito do Poder Executivo, o Programa Estadual de Fortalecimento ao Controle Administrativo e institui o Fundo Estadual de Fortalecimento ao Controle Administrativo - FEFECA.
1999991104	759	Receita sobre Programa de Sementes	Lei Complementar Estadual nº 66, de 07/01/08 - Cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FEDAF, Extingue o Fundo de Desenvolvimento do Agronegócio - FDA, e o Conselho de Desenvolvimento Do Agronegócio - CEDAG, e dá Outras Providências, alterada pelas Leis Complementares nº 245, de 15/06/21 e nº 351, de 02/05/25, regulamentada pelo Decreto nº 34.727, de 12/05/22.
1999991114	669	Doações em Dinheiro	Lei nº 12.183, de 05/10/93 - Dispõe sobre a Criação do Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente e dá outras providências.

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1999993102	799	Participação nos Encargos do FDI - Diferido	Lei nº 10.367, de 07/12/79 - Cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) e dá outras providências, e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.438, de 08/12/17, e alterações posteriores.
2119990103	754	Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	Lei nº 14.623, de 26/02/10 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CAIXA, e a oferecer garantias; Lei nº 15.432, de 04/10/13 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto a instituição financeira e dá outras providências; Lei nº 16.008, de 05/05/16 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à Caixa Econômica Federal.
2119990109	754	Operações de Crédito Internas - CEF/CPAC - MARANGUAPINHO	Lei nº 14.369, de 10/06/09 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CAIXA, e a oferecer garantias; Lei nº 14.562, de 21/12/09 - Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CAIXA, e a oferecer garantias; Lei Estadual nº 15.324, de 02/04/13 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CAIXA, e a oferecer garantias.
2122510101	634	Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	Lei nº 15.881, de 06/11/15 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no âmbito do Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde no Estado do Ceará - PROEXMAES II.

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
2122520101	754	Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	Lei 16.348, de 26/09/17 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - Projeto São José II;
2129990102	754	Operações de Crédito Externas para Programas de Infraestrutura	Lei nº 16.456, de 19/12/17 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao KfW Entwicklungsbank - KfW;
2129990109	754	Operações de Crédito Externas - IPFCeará	Lei nº 16.545, de 07/05/18 - Autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD;
			Lei 17.328, de 05/11/20 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à Corporação Andina de Fomento - CAF - PROSATUR.
			Lei 17.804, de 26/11/21 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, retificada pela Lei 18.033, de 20/04/22 - Infradoviária;
			Lei 18.637, de 20/12/23 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com garantia da União - Plano de Investimentos em recursos hídricos;
			Lei nº 18.814, de 23/05/24 - Autoriza o Poder Executivo a Contratar Financiamento Junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com Garantia da União;
			Lei nº 19.068, de 19/11/24 - Autoriza o Poder Executivo a Contratar Financiamento Junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com Garantia da União;
			Lei nº 19.134, de 19/12/24 - Autoriza o Poder Executivo a Contratar Operação de Crédito Interna com o Banco do Brasil S.A., Com Garantia da União;
			Lei nº 19.385, de 07/08/25 - Autoriza o Poder Executivo a Contratar Operação de Crédito com o Banco do Brasil S.A. - BB.

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
2122540101	754	Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	Lei 17.274, de 04/09/20 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - PROMOUJUD; Lei 17.820, de 18/07/21 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - Ceará mais digital; Lei 15.452, de 23/10/13 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - PMAE DPG; Lei nº 15.612, de 29/05/14 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, alterada pela Lei nº 15.697, de 20/11/14; Lei 17.272, de 04/09/20 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - PRéVio; Lei nº 18.896, de 28/06/24 - Autoriza o Poder Executivo a Contratar Financiamento Junto à Caixa Econômica Federal - Caixa, com Garantia da União, e Alterações Posteriores; Lei nº 18.920, de 16/07/24 - Autoriza o Poder Executivo a Contratar Operação de Crédito Externo Com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com Garantia Da União; Lei nº 18.938, de 18/07/24 - Autoriza o Poder Executivo a Contratar Financiamento Junto ao Fundo Internacional Para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA e ao Instituto de Crédito Oficial - Ico, Objetivando o Financiamento do Projeto de Desenvolvimento de Capacidades para Superação da Fome e Mitigação dos Efeitos da Pobreza e da Extrema Pobreza Rural no Ceará - Projeto Paulo Freire II; Recomendação COFLEX nº 19, de 08/07/20 - Autoriza a preparação do Projeto Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência- PRéVio, do Estado do Ceará.
2129990199	754	Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	
7611010176	802	Taxa de Administração	Lei Complementar nº 184, de 21/11/18 - Cria a Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará CEARAPREV, e alterações posteriores.

LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2026

DEMONSTRATIVO LEGISLAÇÃO DAS DESPESAS

**CEARÁ**
GOVERNO DO ESTADOSECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO



ORÇAMENTO ANUAL 2026 - LEI

Demonstrativo Legislação das Despesas

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

- Legislação Federal

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
- Contrato STN/COAFI nº 003/97 - Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública (PAF)
- Decreto Federal 8.943, de 27/12/2016 (Altera o Decreto nº 6170, de 25/07/2007)
- Decreto nº 11.531, de 16/05/23 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão.
- Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; e alterações posteriores.
- Lei Complementar nº 141, de 13/01/12 - Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços públicos de saúde, estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde, alterada pela Lei Complementar nº 209, de 03/10/24.
- Lei Complementar nº 148, de 25/11/14 - Altera a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências; e alterações posteriores.
- Lei Complementar nº 194, de 23/06/22 - Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nºs 192, de 11 de março de 2022, e 159, de 19 de maio de 2017.
- Lei Complementar nº 200, de 30/08/23 - Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico.
- Lei nº 10.028, de 19/10/00 - Crimes Contra as Finanças Públicas
- Lei nº 11.578, de 26/11/07 - PAC - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSIH nos exercícios de 2007 e 2008; e alterações posteriores.
- Lei nº 14.133, de 01/04/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos; com valores atualizados pelo Decreto nº 12.343, de 30/12/24.
- Lei nº 156, de 28/12/16 - Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal , regulamentada pelo Decreto nº 9.056, de 24/05/17.
- Lei nº 4.320, de 17/03/64 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; e alterações posteriores.
- Lei nº 6.404, de 15/12/76 - Dispõe sobre as Sociedades por Ações; e alterações posteriores.
- Lei nº 8.212, de 24/07/91 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências; e alterações posteriores.
- Lei nº 9.496, de 11/09/97 - Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública - PAF - Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal; e alterações posteriores.
- Lei nº 9.711, de 20/11/98 - Dispõe sobre a recuperação de haveres do Tesouro Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a utilização de Títulos da Dívida Pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, na quitação de débitos com o INSS; e alterações posteriores.
- Lei nº 9.876, de 26/11/99 - Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício; regulamentada pela Instrução Normativa RFB Nº 2. 110, de 17/11/22, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2. 185, de 05/04/24.
- Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30/08/23 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; alterada pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 29, de 22/05/24.
- Portaria Conjunta STN/SOFME nº 103, de 05/10/21 - Divulga a Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 04/05/01, atualizada, e revoga os atos que menciona.
- Portaria nº 699, de 07/07/23 - Aprova a 14ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF; alterada pela Portaria STN nº 924, de 28/04/25.

- Portaria SOF/ME nº 2.520, de 21/03/22 - Divulga a Portaria SOF/SETOME nº 42, de 14/04/99, atualizada, e revoga os atos que menciona; atualizada pela Portaria SOF/MPO nº 221, de 7 de agosto de 2023.
- Portaria STN nº 212, de 04/06/01 - Contabilização do IRRF - Estabelece, para os estados, Distrito Federal e municípios, que a arrecadação do imposto descrito nos incisos I, dos artigos 157 e 158, da Constituição Federal, seja contabilizada como receita tributária.
- Portaria STN nº 25, de 17/01/2008 - Altera a Portaria nº 559, de 21/08/07, que estabelece a forma de elaboração do Anexo X - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE.
- Portaria STN nº 274, de 13/05/16 - Estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal.
- Portaria STN nº 312, de 24/05/07 - Faculta à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios a publicação preliminar do Anexo X - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO.
- Portaria STN nº 448, de 13/09/02 - Divulga o detalhamento das naturezas de despesas 339030, 339036, 339039 e 449052.
- Portaria STN/MF nº 710, de 25/02/21 - Estabelece a classificação das fontes ou destinações de recursos a ser utilizada por Estados, Distrito Federal e Municípios; atualizada pela Portaria STN/MF nº 1.701, de 04/08/25.
- Resolução nº 123, de 04/12/97, do Senado Federal - Autoriza o Estado do Ceará a Contratar Operação de Refinanciamento de Dívida Mobiliária do Estado, Consubstanciada no Contrato de Confissão, Assunção e Refinanciamento de Dívidas, Celebrado Com a União em 16 de Outubro de 1997.
- Resolução nº 15, de 19/04/21 - Disciplina o tratamento a ser dispensado às operações realizadas de acordo com as Leis Complementares nº 156/2016, nº 159/2017, e nº 178/2021, no que tange às contratações dessas operações e às concessões de garantia pela União previstas nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, bem como autoriza a realização de aditamentos contratuais a operações de crédito externo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de suas respectivas administrações indiretas, cuja finalidade seja a substituição da taxa de juros aplicável a essas operações, no caso de a taxa vigente ser baseada na London InterBank Offered Rate (Libor) ou na European Interbank Offered Rate (Euribor); e alterações posteriores.
- Resolução nº 19, de 05/11/03, do Senado Federal - Altera os arts. 3º, 7º e 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, a fim de excluir de seus limites para operações de crédito aquelas contratadas junto ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz, bem como para viabilizar a regularização de operações contratadas em conformidade à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, porém não-autorizadas pelo Ministério da Fazenda ou pelo Senado Federal, e dá outras providências.
- Resolução nº 20, de 07/11/03, do Senado Federal - Amplia o prazo para cumprimento dos limites de endividamento estabelecidos na Resolução nº 40, de 20/12/01, do Senado Federal.
- Resolução nº 40, de 20/12/01, do Senado Federal - Dispõe sobre os limites globais da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, DF e Municípios.
- Resolução nº 43, de 21/12/01, do Senado Federal - Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo do s Estados, DF e Municípios.
- Resolução nº 5, de 17/06/20, do Senado Federal - Disciplina o tratamento a ser dispensado às operações realizadas de acordo com os §§ 1º, 2º e 3º do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, e com o art. 4º da Lei Complementar nº 173/2020, no que tange às contratações dessas operações e às concessões de garantia pela União previstas nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA**- Legislação Estadual**

- Constituição do Estado do Ceará de 1989.
- Decreto Estadual nº 14.222/80 - Sistema Integrado de Contabilidade - SIC
- Decreto Estadual nº 20.701/90 - Pagamento de Despesas
- Decreto Estadual nº 21.724/91 - Liquidação da Despesa
- Decreto Estadual nº 22.448/93 - Suprimento de Fundos
- Decreto Estadual nº 25.407/99 - Concessão de Subvenções Sociais
- Decreto Estadual nº 25.698/99 - Comissão de Programação Financeira
- Decreto Estadual nº 25.920/2000 - Limites de Licitação (Alterado pelo Decreto nº 27.456/2004).
- Decreto Estadual nº 28.619, de 07/02/07 - Cessão de Servidores; atualizado pelo Decreto nº 31.940, de 03/05/16.
- Decreto Estadual nº 30.719, de 25/10/11 - Dispõe Sobre a Concessão De Diárias, Ajuda de Custo e Passagens no Âmbito da Administração Estadual Direta e Indireta, para o Servidor Público Civil, Militar e Contratados Temporários em Viagem a Serviço, e dá Outras Providências; e alterações posteriores.
- Lei Complementar nº 03, de 26/06/95 - Define a composição da Região Metropolitana e das Microrregiões do Estado do Ceará, alterada pela Lei Complementar nº 144, de 04/09/14.
- Lei Complementar nº 12, de 23/06/99 - Dispõe sobre a instituição do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará - SUPSEC e da respectiva contribuição previdenciária, extingue os benefícios previdenciários e de montepio que indica e dá outras providências; e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto nº 25.821, de 22/03/00.
- Lei Complementar nº 21, de 29/06/00 - Dispõe sobre o sistema de previdência dos Militares do Estado do Ceará - o Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará - SUPSEC; e alterações posteriores.
- Lei Complementar nº 234, 09/03/021 - Institui Ação de Fortalecimento do Programa de Cooperação Federativa - PCF, alterada pela Lei Complementar nº 243, de 31/05/21.
- Lei Complementar nº 24, de 23/11/00 - Dispõe sobre regras de transição na concessão e ajuste de pensões do sistema originário extinto para o Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará - SUPSEC, instituído pela Lei Complementar nº 12, de 23/06/99.
- Lei Complementar nº 26, de 15/01/01 - Regulamenta o funcionamento do sistema controle externo de que trata o art. 68 da Constituição Estadual e dá outras providências.
- Lei nº 11.714, de 25/07/90 - Dispõe sobre as diretrizes e bases da Administração Estadual e dá outras providências.
- Lei nº 12.509, de 06/12/95 - Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências; e alterações posteriores.
- Lei nº 16.320, de 11/09/17 - Institui Novo Sistema Financeiro de Conta Única no Âmbito do Estado do Ceará.
- Lei nº 16.530, de 02/04/18 - Dispõe Sobre a Reorganização do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC, a Instituição do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Ceará - FASSEC; e alterações posteriores.
- Lei nº 18.662, de 27/12/23 - Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2024 - 2027.
- Lei nº 19.382, de 17/07/25 - Dispõe Sobre as Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária para o Exercício de 2026.
- Lei nº 9.809, de 18/12/73 - Dispõe Sobre os Atos e Fatos Administrativos da Gestão Financeira e Patrimonial do Estado e dá Outras Providências.

LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2026

REGIÕES DE PLANEJAMENTO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO





ORÇAMENTO ANUAL 2026 - LEI

Regiões de Planejamento

ESPECIFICAÇÃO

01 CARIRI

ABAIARA	ALTANEIRA	ANTONINA DO NORTE	ARARIPE
ASSARÉ	AURORA	BARBALHA	BARRO
BREJO SANTO	CAMPOS SALES	CARIRIAÇU	CRATO
FARIAS BRITO	GRANJEIRO	JARDIM	JATI
JUAZEIRO DO NORTE	LAVRAS DA MANGABEIRA	MAURITI	MILAGRES
MISSÃO VELHA	NOVA OLINDA	PENAFORTE	PORTEIRAS
POTENGI	SALITRE	SANTANA DO CARIRI	TARRAFAS
VÁRZEA ALEGRE			

02 CENTRO SUL

ACOPIARA	BAIXIO	CARIÚS	CATARINA
CEDRO	ICÓ	IGUATU	IPAUMIRIM
JUCÁS	ORÓS	QUIXELÔ	SABOIEIRO
UMARI			

03 GRANDE FORTALEZA

AQUIRAZ	CASCAVEL	CAUCAIA	CHOROZINHO
EUSÉBIO	FORTALEZA	GUAIÚBA	HORIZONTE
ITAITINGA	MARACANAÚ	MARANGUAPE	PACAJUS
PACATUBA	PARACURU	PARAIPABA	PINDORETAMA
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	SÃO LUIZ DO CURU	TRAIRI	

04 LITORAL LESTE

ARACATI	BEBERIBE	FORTIM	ICAPUÍ
ITAIÇABA	JAGUARUANA		

05 LITORAL NORTE

ACARAÚ	BARROQUINHA	BELA CRUZ	CAMOCIM
CHAVAL	CRUZ	GRANJA	ITAREMA
JIJOCA DE JERICOACOARA	MARCO	MARTINÓPOLE	MORRINHOS
URUOCA			

06 LITORAL OESTE / VALE DO CURU

AMONTADA	APUIARÉS	GENERAL SAMPAIO	IRAUCUBA
ITAPAJÉ	ITAPIPOCA	MIRAÍMA	PENTECOSTE
TEJUSSUOCA	TURURU	UMIRIM	URUBURETAMA

07 MACIÇO DO BATURITÉ

ACARAPE	ARACOIABA	ARATUBA	BARREIRA
BATURITÉ	CAPISTRANO	GUARAMIRANGA	ITAPIÚNA
MULUNGU	OCARA	PACOTI	PALMÁCIA
REDENÇÃO			

08 SERRA DA IBIAPABA

CARNAUBAL	CROATÁ	GUARACIABA DO NORTE	IBIAPINA
IPU	SÃO BENEDITO	TIANGUÁ	UBAJARA
VIÇOSA DO CEARÁ			

09 SERTÃO CENTRAL

BANABUIÚ	CHORÓ	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	IBARETAMA
IBICUITINGA	MILHÃ	MOMBAÇA	PEDRA BRANCA
PIQUET CARNEIRO	QUIXADÁ	QUIXERAMOBIM	SENADOR POMPEU
SOLONÓPOLE			

10 SERTÃO DE CANINDÉ

BOA VIAGEM	CANINDÉ	CARIDADE	ITATIRA
MADALENA	PARAMOTI		

11 SERTÃO DE SOBRAL

ALCÂNTARAS	CARIRÉ	COREAÚ	FORQUILHA
FREICHEIRINHA	GRAÇA	GROAÍRAS	MASSAPÉ
MERUOCA	MORAÚJO	MUCAMBO	PACUJÁ
PIRES FERREIRA	RERIUTABA	SANTANA DO ACARAÚ	SENADOR SÁ
SOBRAL	VARJOTA		

12 SERTÃO DOS CRATEÚS

ARARENDÁ	CATUNDA	CRATEÚS	HIDROLÂNDIA
INDEPENDÊNCIA	IPAPORANGA	IPUEIRAS	MONSENHOR TABOSA
NOVA RUSSAS	NOVO ORIENTE	PORANGA	SANTA QUITÉRIA
TAMBORIL			

13 SERTÃO DOS INHAMUNS

AIUABA	ARNEIROZ	PARAMBU	QUITERIANÓPOLIS
TAUÁ			

14 VALE DO JAGUARIBE

ALTO SANTO	ERERÉ	IRACEMA	JAGUARETAMA
JAGUARIBARA	JAGUARIBE	LIMOEIRO DO NORTE	MORADA NOVA
PALHANO	PEREIRO	POTIRETAMA	QUIXERÉ
RUSSAS	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	TABULEIRO DO NORTE	

LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2026

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO



ORÇAMENTO ANUAL 2026 - LEI
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
Orçamento Fiscal da Seguridade Social e de Investimentos das Estatais Controladas
(art. 2º, § 1º, alínea II, da Lei 4.320/64)

RECEITA		R\$	DESPESA	R\$
RECEITAS CORRENTES		57.161.567.479,00	DESPESAS CORRENTES	40.035.748.422,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		30.076.678.698,00	Pessoal e Encargos Sociais	23.229.679.190,00
Receita de Contribuições		1.866.365.863,00	Juros e Encargos da Dívida	1.124.312.437,00
Receita Patrimonial		893.599.366,00	Outras Despesas Correntes	15.681.756.795,00
Receita de Serviços		1.101.185.085,00		
Transferências Correntes		22.157.605.678,00		
Outras Receitas Correntes		1.066.132.789,00		
DEDUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS		-6.884.296.285,00		3.339.816.122,00
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		-6.901.706.650,00	Superávit do Orçamento Corrente	
TOTAL		43.375.564.544,00	TOTAL	43.375.564.544,00
Superávit do Orçamento Corrente		3.339.816.122,00		
RECEITAS DE CAPITAL		4.674.900.973,00	DESPESAS DE CAPITAL	7.680.314.090,00
Operações de Crédito		3.505.687.778,00	Investimentos	5.257.385.025,00
Alienação de Bens		20.120.000,00	Inversões Financeiras	411.184.200,00
Amortização de Empréstimos		45.000.000,00	Amortização da Dívida	2.011.744.865,00
Transferências de Capital		1.104.093.195,00		
TOTAL		8.014.717.095,00	Reserva de Contingência	334.403.005,00
			TOTAL	8.014.717.095,00
RESUMO				
RECEITAS CORRENTES		43.375.564.544,00	DESPESAS CORRENTES	40.035.748.422,00
RECEITAS DE CAPITAL		4.674.900.973,00	DESPESAS DE CAPITAL	7.680.314.090,00
			RESERVA DE CONTINGÊNCIA	334.403.005,00
TOTAL		48.050.465.517,00	TOTAL	48.050.465.517,00

LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2026

RECEITAS

**CEARÁ**
GOVERNO DO ESTADOSECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO



ORÇAMENTO ANUAL 2026 - LEI
Demonstrativo Detalhado da Receita da Administração Direta

CÓDIGO	FONTE ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ESPÉCIE	CAT. ECONÔMICA/ORIGEM
1000000000	Receitas Correntes			50.918.649.506,00
1100000000	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			28.798.682.615,00
1110000000	Impostos			
1112510000	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	2.319.040.600,00		
1112510100	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	2.141.342.140,00		
1112510101	IPVA - Principal	2.141.342.140,00		
1112510200	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Multas e Juros	75.327.362,00		
1112510201	IPVA - Multas e Juros de Mora	75.327.362,00		
1112510300	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa	73.318.819,00		
1112510301	IPVA - Dívida Ativa	73.318.819,00		
1112510400	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	29.052.279,00		
1112510401	IPVA - Dívida Ativa - Multa e Juros de Mora	29.052.279,00		
1112520000	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos	193.893.260,00		
1112520100	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - Principal	177.133.042,00		
1112520101	ITCD - Principal	177.133.042,00		
1112520200	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - Multas e Juros	8.590.602,00		
1112520201	ITCD - Multas e Juros de Mora	8.590.602,00		
1112520300	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa	5.504.786,00		
1112520301	ITCD - Dívida Ativa	5.504.786,00		
1112520400	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.664.830,00		
1112520401	ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora	2.664.830,00		
1113000000	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	3.128.466.939,00		
1113030000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	3.128.466.939,00		
1113031100	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	2.810.767.659,00		
1113031101	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	2.810.767.659,00		
1113034100	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	317.699.280,00		
1113034101	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	317.699.280,00		
1114000000	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	23.123.149.326,00		
1114500000	Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e Serviços	23.123.149.326,00		
1114501100	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Principal	22.556.189.701,00		

CÓDIGO		FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ESPÉCIE	CAT. ECONÔMICA/ORIGEM
1114501101	500		ICMS Combustível	4.379.794.112,00		
1114501102	500		ICMS Comércio Atacadista	6.253.792.627,00		
1114501103	500		ICMS Comércio Varejista	3.500.728.945,00		
1114501104	500		ICMS Comunicação	575.265.731,00		
1114501106	500		ICMS Energia Elétrica	2.137.838.290,00		
1114501107	500		ICMS Indústria	4.737.261.725,00		
1114501110	500		ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	457.585.500,00		
1114501112	500		ICMS Transporte	513.922.771,00		
1114501200			Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Multas e Juros	138.236.289,00		
1114501202	500		Multas e Juros de Mora - ICMS Comércio Atacadista	25.345.849,00		
1114501203	500		Multas e Juros de Mora - ICMS Varejista	29.985.370,00		
1114501204	500		Multas e Juros de Mora - ICMS Comunicação	2.899.490,00		
1114501206	500		Multas e Juros de Mora - ICMS Energia Elétrica	6.184.539,00		
1114501207	500		Multas e Juros de Mora - ICMS Indústria	20.643.011,00		
1114501208	500		Multas e Juros de Mora - ICMS Outros Serviços	1.651.621,00		
1114501210	500		Multas e Juros de Mora - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	13.159.071,00		
1114501212	500		Multas e Juros de Mora - ICMS Transporte	2.512.323,00		
1114501222	500		Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Atacadista	3.452.108,00		
1114501223	500		Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Varejista	2.876.426,00		
1114501226	500		Multas e Juros de Penalidade - ICMS Energia Elétrica	9.479.035,00		
1114501227	500		Multas e Juros de Penalidade - ICMS Indústria	13.846.497,00		
1114501229	500		Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Física	1.087.037,00		
1114501230	500		Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	3.618.295,00		
1114501232	500		Multas e Juros de Penalidade - ICMS Transporte	1.495.617,00		
1114501300			Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa	129.090.571,00		
1114501302	500		Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	21.272.754,00		
1114501303	500		Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	24.856.575,00		
1114501304	500		Dívida Ativa - ICMS Comunicação	1.608.912,00		
1114501306	500		Dívida Ativa - ICMS Energia Elétrica	1.561.141,00		
1114501307	500		Dívida Ativa - ICMS Indústria	57.762.543,00		





FONTE ESPECIFICAÇÃO		DESDOBRAMENTO	ESPÉCIE	CAT. ECONÔMICA/ORIGEM
1114501308	500	Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	4.165.577,00	
1114501311	500	Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	2.334.058,00	
1114501312	500	Dívida Ativa - ICMS Transporte	15.529.011,00	
1114501400		Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa - Multas e Juros	30.945.087,00	
1114501402	500	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	1.660.722,00	
1114501403	500	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	3.093.345,00	
1114501407	500	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Indústria	8.075.531,00	
1114501408	500	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	639.518,00	
1114501411	500	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	241.341,00	
1114501412	500	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Transporte	1.820.269,00	
1114501422	500	Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	3.504.318,00	
1114501423	500	Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	2.943.040,00	
1114501426	500	Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Energia Elétrica	2.111.864,00	
1114501427	500	Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Indústria	2.663.621,00	
1114501429	500	Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Física	311.992,00	
1114501431	500	Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	182.815,00	
1114501432	500	Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Transporte	3.696.711,00	
1114502100		Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal	268.687.678,00	
1114502101	761	Adicional ICMS - FECOP - Principal	268.687.678,00	
1120000000		Taxas	34.132.490,00	
1121000000		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	10.664.861,00	
1121010000		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	21.329.722,00	
1121010100		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	10.664.861,00	
1121010118	501	Taxa de Concessão Especial de Regime de Tributação	4.330.487,00	
1121010120	501	Taxa pela Emissão de Documento Fiscal Avulso	1.360.625,00	
1121010122	501	Taxa de Declaração de Não Similitude por Item/Produto	4.973.749,00	
1122000000		Taxas pela Prestação de Serviços	23.467.629,00	
1122010000		Taxas pela Prestação de Serviços	23.467.629,00	
1122010100		Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	23.467.629,00	
1122010123	501	Editorial e Gráfica	21.274.932,00	

CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ESPÉCIE	CAT. ECONÔMICA/ORIGEM
1122010127	501	Taxa pelo Fornecimento de Cópia/Download de Documentos	880.807,00		
1122010128	501	Taxa de Consulta Escrita da Interpretação/Aplicação da Legislação Tributária	353.934,00		
1122010138	753	Emolumentos de Fiscalização de Recursos Hídricos	957.956,00		
1300000000		Receita Patrimonial			660.079.940,00
1310000000		Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		5.437.935,00	
1311010000		Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação	1.392.988,00		
1311011100		Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.392.988,00		
1311011101	501	Aluguéis	1.392.988,00		
1311020000		Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	4.044.947,00		
1311021100		Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	4.044.947,00		
1311021103	501	Receita de Concessões e Permissões - Cinturão Digital	3.783.665,00		
1311021199	501	Outras Receitas de Concessões e Permissões	261.282,00		
1320000000		Valores Mobiliários		653.869.646,00	
1321000000		Juros e Correções Monetárias	643.419.646,00		
1321010000		Remuneração de Depósitos Bancários	95.719.858,00		
1321011100		Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	80.719.858,00		
1321011102	540	Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB Obs: Fonte 50	28.000.000,00		
1321011127	552	Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	17.000.000,00		
1321011128	799	Remuneração de Depósitos Bancários - FDI	20.319.858,00		
1321011131	501	Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	400.000,00		
1321011141	544	Remuneração de Depósitos Bancários-Precatórios do FUNDEF	15.000.000,00		
1321012100		Remuneração de Depósitos Bancários - Salário Educação - Principal	15.000.000,00		
1321012101	550	Remuneração de Depósitos Bancários - Salário Educação	15.000.000,00		
1321050000		Juros e Correções Monetárias	529.120.327,00		
1321050100		Juros e Correções Monetárias	529.120.327,00		
1321050101	501	Juros e Títulos de Renda	529.120.327,00		
1321060000		Juros sobre o Capital Próprio	18.579.461,00		
1321060100		Juros sobre o Capital Próprio - Principal	18.579.461,00		
1321060101	501	Juros sobre o Capital Próprio	18.579.461,00		
1322000000		Dividendos	10.450.000,00		
1322010000		Dividendos	10.450.000,00		





CÓDIGO	FONTE ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ESPÉCIE	CAT. ECONÔMICA/ORIGEM
1322019100	Dividendos - Principal	10.450.000,00		
1322019101	Dividendos	10.450.000,00		
1330000000	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença			
1339000000	Demais Delegações de Serviços Públicos	772.359,00	772.359,00	
1339900000	Demais Delegações de Serviços Públicos	772.359,00		
133990100	Demais Delegações de Serviços Públicos - Principal	772.359,00		
133990101	Receita da Loteria Estadual	772.359,00		
1600000000	Receita de Serviços			26.083.135,00
1610000000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			
161010000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.506.149,00		
161010100	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	22.506.149,00	26.065.436,00	
161010119	Equipam Turísticos - Centro de Turismo	242.786,00		
161010125	Equipamentos Turísticos - Centro de Eventos	20.505.603,00		
161010177	Tarifa pelo Uso de Recursos Hídricos	1.257.760,00		
161010182	Tarifa de Segurança Hídrica	500.000,00		
161020000	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	3.559.287,00		
161020100	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.559.287,00		
161020101	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	3.559.287,00		
1640000000	Serviços e Atividades Financeiras		17.699,00	
164101000	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	17.699,00		
1641010100	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	17.699,00		
1641010103	FCVS - Principal	17.699,00		
1700000000	Transferências Correntes			20.736.877.590,00
1710000000	Transferências da União e de suas Entidades			
1710000000	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	15.788.293.966,00	18.014.877.590,00	
1711500000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	15.696.122.145,00		
1711500100	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - Principal	15.696.122.145,00		
1711500101	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	15.696.122.145,00		
1711530000	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados Estados Exportadores de Produtos Industrializados	48.861.713,00		
1711530100	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados Estados Exportadores de Produtos Industrializados - Principal	48.861.713,00		
1711530101	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados Estados Exportadores de Produtos Industrializados	48.861.713,00		

CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ESPÉCIE	CAT. ECONÔMICA
1711540000		Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	43.310.108,00		
1711540100		Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	43.310.108,00		
1711540101	750	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	43.310.108,00		
1712000000		Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	81.648.780,00		
1712510000		Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	3.423.259,00		
1712510100		Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	3.423.259,00		
1712510101	708	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	3.423.259,00		
1712521100		Cota-parte Royalties Compensação Financeira pela Produção de Petróleo Lei nº 7.990/89 - Principal	3.739.848,00		
1712521101	704	Cota-parte Royalties Compensação Financeira pela Produção de Petróleo Lei nº 7.990/89	3.739.848,00		
1712522100		Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principa	1.510.119,00		
1712522101	704	Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	1.510.119,00		
1712524100		Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP - Principal	72.975.554,00		
1712524101	704	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP	72.975.554,00		
1714000000		Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE	312.502.350,00		
1714500000		Transferências do Salário-Educação	214.502.350,00		
1714500100		Transferências do Salário-Educação - Principal	214.502.350,00		
1714500101	550	Transferências do Salário-Educação	214.502.350,00		
1714520000		Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	83.000.000,00		
1714520100		Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE - Principal	83.000.000,00		
1714520101	552	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	83.000.000,00		
1714530000		Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE	5.000.000,00		
1714530100		Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE - Principal	5.000.000,00		
1714530101	553	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE	5.000.000,00		
1714990000		Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE	10.000.000,00		
1714990100		Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE - Principal	10.000.000,00		
1714990101	569	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE	10.000.000,00		
1715000000		Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB	1.430.000.000,00		
1715510000		Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb 2 VAAF	1.400.000.000,00		
1715510100		Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb 2 VAAF - Principal	1.400.000.000,00		
1715510101	541	Complementação da União ao FUNDEB do Exercício -VAAF - Principal	1.400.000.000,00		

Continua...

